

ATA N.º 2/2012

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA  
24 DE FEVEREIRO DE 2012:

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, com a participação dos senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU), Presidente da Mesa, Henrique Bertino Batista Antunes (CDU), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Raul Fernando Conceição Santos (CDU), Floriano Serrano Sabino (CDU), António Filipe Monteiro Vitória (CDU), Silvino Doirado Conceição João (PS), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ajuda, Atouguia da Baleia, Conceição, São Pedro, Serra d'El-Rei e Ferrel, e Anabela Correia Dias (PS), Carlos Manuel Alves Santana (PSD), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Vítor Miguel Silva Delgado Marques (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), José António Bombas Amador (CDU), João Manuel Jesus Gomes (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), José António Leitão da Silva (PSD), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Ademar Vala Marques (PSD), Anna Clara Leal Rodrigues (PSD), Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Licínio Pereira (CDU), Maria Estrela Maia de Paiva das Neves (CDU) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de antes da ordem do dia.

2.º - Período de intervenção do público.

3.º - Período da ordem do dia:

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2. Apreciação e votação da proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, destinada a construção, com a área de 553,77 m<sup>2</sup>, sita na Avenida do Mar, em Casais do Baleal, freguesia de Ferrel;

3. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Serviço de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e quarenta minutos.

Os senhores Licínio Pereira (CDU), Maria Estrela Maia de Paiva das Neves (CDU) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS), encontravam-se a substituir os senhores Carlos Alberto Lourenço de Almeida (CDU), Maria Natália Figueiredo Martins dos Anjos Costa (CDU) e Américo de Araújo Gonçalves (PS), que comunicaram a sua ausência nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Álvaro André Paiva Amador (CDU) e Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Não compareceu à reunião o senhor José Joaquim Franco Antunes (CDU).

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara, senhor António José Ferreira Sousa Correia Santos (CDU), o Vice-Presidente da Câmara, senhor Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Serafim Silva Abrantes (CDU), Luís Lourenço Jorge Ganhão (PSD) e Carlos Jorge Gonçalves Amaral Domingos (PS).

#### COMPOSIÇÃO DA MESA:

Constatando-se que do número legal dos membros que compõem a Mesa da Assembleia apenas se encontrava presente o seu Presidente, este solicitou ao representante do grupo do PS que indicasse um substituto, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Regimento, tendo sido indicada a senhora Anabela Correia Dias que, de imediato, assumiu funções na mesa.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:

Foi presente a ata n.º 4/2011, da reunião realizada no dia 17 de junho de 2011, tendo sido dispensada a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal.

Posta à discussão, usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, senhor Silvino João, que informou que não tinha recebido o texto da ata.

Submetida à votação, de braço no ar, constatou-se a aprovação da ata n.º 4/2011, por maioria, com duas abstenções, dos senhores Silvino João e Vítor Mamede.

#### EXPEDIENTE:

O Presidente da Mesa deu conhecimento que o expediente, que adiante se referencia, se encontrava disponível para consulta, dispensando-se a sua leitura, por ter sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal um memorando dos documentos recebidos:

- 1 - Votos de Boas Festas da Câmara Municipal de Sines;
- 2 - Votos de Boas Festas da Assembleia da República;
- 3 - Votos de Boas Festas do Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche;
- 4 - Votos de Boas Festas da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei;
- 5 - Votos de Boas Festas do Centro Hospitalar do Oeste Norte;
- 6 - Ofício da Junta de Freguesia de Conceição, datado de 23 de dezembro de 2011, remetendo Moção relativa à manutenção daquela freguesia;
- 7 - Ofício da Junta de Freguesia de São Pedro, datado de 6 de janeiro de 2012, remetendo Moção relativa à manutenção daquela freguesia;
- 8 - Ofício da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, datado de 6 de janeiro de 2012, remetendo Moção relativa à manutenção daquela freguesia;

9 - Ofício da Junta de Freguesia de Ajuda, datado de 10 de janeiro de 2012, remetendo Moção relativa à manutenção daquela freguesia;

10 - Ofício da Junta de Freguesia de Ferrel, datado de 11 de janeiro de 2012, remetendo Moção relativa à manutenção daquela freguesia;

11 - Ofício da Valorsul, datado de 28 de dezembro de 2011, remetendo CD relativo ao Relatório e Contas 2010;

12 - Carta/reclamação, datada de 11 janeiro de 2012, de Célia Sousa Martins, relativa à construção de uma rotunda na povoação de Bolhos, Freguesia de Atouguia da Baleia;

13 - Ofício, datado de 12 de janeiro de 2012, da Rádio Clube da Lourinhã, oferecendo os seus serviços;

14 - Exemplar n.º 231 do Boletim da ACISCP.

Não se registou qualquer intervenção.

**MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:**

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Apresentou a seguinte moção:

«PELA NOSSA SAÚDE

*Em defesa do Hospital São Pedro Gonçalves Telmo*

*A defesa de boas condições de prestação de cuidados de saúde em Peniche não é um capricho de circunstância: é um imperativo que tem a ver com as condições particulares do nosso território e das pessoas que o procuram ou nele vivem. Isso mesmo foi dito de forma clara e inequívoca, quer de modo livre e espontâneo pelos muitos milhares de pessoas que encheram por completo a praça do Município, quer pelos decisores políticos, quando voltaram atrás com a decisão de encerrar o Serviço de Urgência. Refira-se que a anterior Ministra reiterou, pouco antes das últimas eleições, a decisão de manter no Hospital de Peniche um Serviço de Urgência Básica.*

*Aos receios e preocupações que foram manifestados ao longo dos tempos por alguns municípios, fomos respondendo com a ideia de que, sendo o Estado uma pessoa de bem, havia um conjunto de compromissos que nunca poderia ser posto em causa, reconhecidas que eram as razões que legitimavam esse tratamento diferenciado. Isso mesmo foi aliás sempre reafirmado nos contactos que fizemos com o Ministério da Saúde e com as estruturas descentralizadas da administração hospitalar. No entanto, sem que se tivesse verificado qualquer alteração do nosso contexto territorial e social que o justifique e na ausência de qualquer consulta aos órgãos autárquicos ou aviso prévio, subemos que o objetivo da administração, afinal, é acabar com o Hospital de Peniche. Esta é uma decisão que não podemos aceitar, e por um conjunto de razões que certamente merecem um amplo consenso e que, pelo menos até agora, colhiam fundamento também junto da Administração:*

*a. Peniche é um dos principais portos de pesca do país, uma autêntica porta de entrada e*

saída, vinte e quatro horas por dia, para esse mar imenso que traz e leva anualmente milhares de pessoas. O mar faz parte do nosso território natural e, enquanto contexto de riscos, tem que ser considerado em qualquer mapeamento das estruturas da saúde que se leve a cabo.

b. A nossa vocação turística, que quase faz triplicar a população residente em certas alturas do ano, também é um fator a levar em conta, não só ao nível das necessidades de atendimento hospitalar da população local, como ao nível do impacto negativo que a inexistência de estruturas de atendimento hospitalar teria na escolha do nosso Concelho como destino turístico.

c. O forte pendor agrícola da zona rural do Concelho e a existência de unidades industriais com centenas de operários e operárias, como, por exemplo, uma das maiores fábricas de conservas do país, com mais de 800 trabalhadores a laborar em regime contínuo, é igualmente um fator que não pode ser descurado, quando se aduzem razões para a manutenção ou extinção de um serviço de saúde.

d. Relevante é ainda o facto de termos instalada em Peniche uma Escola Superior, com mais de 1300 alunos oriundos de todas as partes do país, que aqui fazem a sua vida diária, com as expetativas de qualidade que temos obrigação de lhes garantir

e. Todas estas razões, devidamente fundamentadas, foram validadas em sede das estruturas decisórias do Estado, reafirmadas em sede de reuniões com dirigentes políticos e responsáveis da administração hospitalar, e objeto de cabimentação de verbas e processos de lançamento de concurso para obras de adaptação do Hospital. Tudo o que possa contrariar estas orientações, significa não honrar compromissos e, sobretudo, é revelador de processos menos transparentes onde a relação de confiança entre os autarcas, os municípios e a Administração é legitimamente posta em causa.

Assim, e considerando que:

- A população de Peniche e os que fazem da nossa terra local de passagem por razões lúdicas ou profissionais, resultarão seriamente lesadas com o esvaziamento e possível encerramento do Hospital de Peniche, tendo em conta alterações anunciadas.

- Que do ponto de vista do desenvolvimento económico e social do nosso território essas medidas terão igualmente um claro impacto negativo, de consequências dificilmente mensuráveis no imediato, mas certamente graves no futuro.

- Que não se alteraram as condições que estão na origem das decisões que, sobre esta matéria, tinham sido aprovadas pelo anterior Governo

A Assembleia Municipal de Peniche deliberou manifestar junto do governo português e tornar públicas as seguintes decisões:

- Reiterar a sua total discordância com a proposta de reorganização das estruturas hospitalares prevista para a Região Oeste e particularmente no que se refere ao Hospital S. Pedro Gonçalves Telmo de Peniche

- Defender a manutenção de um Serviço de Urgência Básica a funcionar 24 horas por dia, conforme decisão já tomada anteriormente

- Defender a melhoria das condições de atendimento ao nível dos Cuidados Primários de Saúde, quer do ponto de vista da estrutura física, quer das valências de atendimento.

Em nome da segurança e qualidade de vida das gentes da nossa terra e dos que nos escolhem como destino, os autarcas do concelho de Peniche reafirmam o compromisso de pugnar pela defesa firme do Hospital S. Pedro Gonçalves Telmo.

Peniche, 24 de Fevereiro de 2011.» [sic]

Submetida a moção a discussão, usaram da palavra os seguintes senhores:

**Ademar Marques (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu confesso que, só há pouco, é que tive acesso à moção, estive agora a escutá-la com atenção e, na generalidade, não só concordo com ela como vem em linha com aquilo que o PSD de Peniche vem defendendo ao longo do tempo. Queria só fazer aqui, se me permite, dois reparos. Tendo em conta que é uma moção da Assembleia Municipal, não me parece que faça muito sentido, no segundo parágrafo, a ideia que tem de que “fomos respondendo com a ideia”. Porque, enfim, a Assembleia Municipal não foi dando respostas, se alguém deu foi a Câmara Municipal, portanto, não me parece que tenha cabimento numa moção esta ideia de que a Assembleia Municipal foi dando respostas a quem perguntou.

«E já agora, queria pedir também mais esclarecimentos, embora tenha tido o relato do que aconteceu na reunião de Câmara, em que foram convidados para estar os membros da Assembleia Municipal que acompanham esta questão, gostava de perceber, quando refere aqui que o objetivo da Administração é acabar com o Hospital de Peniche, se é possível concretizarmos o que se passou nessa reunião, uma vez que há aqui pessoas que não estiveram, se seria possível concretizar em que é que isto se traduz.»

**João Gomes (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Em primeiro lugar, para dizer que o Partido Socialista concorda com o teor desta moção e, por outro lado, para reafirmar aqui a posição do Partido Socialista relativamente a esta questão.

«Relativamente ao projeto de encerramento do serviço de urgências do Hospital de Peniche, que consta de um documento que foi elaborado pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a posição do PS de Peniche é de total oposição a essa intenção. Como resulta, aliás, já do passado, portanto em 2007, já houve uma tentativa do anterior Governo de encerramento das urgências e, já nessa altura, apesar de ser um Governo do Partido Socialista, o PS de Peniche manifestou-se contra essa posição, não ficou esquecido e não tem estado quieto relativamente a isso. Ainda em novembro de 2011, os deputados da Assembleia Municipal de Peniche do PS pediram aos deputados da Assembleia da República do PS, eleitos pelo distrito de Leiria, para aqui se deslocarem, às instalações do hospital, e para constatarem a realidade que existia, ou melhor, a falta de cumprimento, por parte do Ministério da Saúde, das intenções que foram acordadas em 2007.

«Esta intenção, que agora é revelada, neste documento da Administração Regional de Saúde, prejudica seriamente a população de Peniche e o Partido Socialista de Peniche tudo fará para que isso não passe apenas de um mero projeto de intenções.

«As razões que constam desta moção, que foi agora aqui apresentada, refletem os argumentos que justificam, plenamente, a manutenção do serviço de urgência no Hospital de Peniche e que, no passado, já permitiram que o mesmo não fosse encerrado.

Se, no passado, o Governo reconheceu a justeza da nossa luta e recuou, este Governo terá também que reconhecer a razão que nos assiste e honrar os compromissos que então foram assumidos pelo Estado. Se a entidade Ministério da Saúde reconheceu, em 2007, a necessidade da manutenção do serviço de urgência do Hospital de Peniche, no passado, não pode, agora, porque o seu titular é outro, tomar uma posição diferente e ignorar o compromisso que então foi assumido pelo seu ministério. O que está em causa não é a pessoa A ou B, o que está em causa é o organismo da Administração Central que tomou uma decisão, comprometeu-se com os cidadãos de Peniche e agora quer fazer tábua rasa do acordo então alcançado. A posição, então tomada pelo Ministério da Saúde, obriga os seus titulares, sejam eles quem forem, a respeitar tal compromisso.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Para já, manifestar o apoio total da bancada da CDU ao documento que é proposto. Julgamos que está, neste momento, no tom certo, na sequência daquilo que tem sido feito ao longo dos tempos. Não concordo com o Ademar, em relação ao segundo parágrafo, quando ele levanta a questão de que *“aos receios e preocupações que foram manifestados ao longo dos tempos por alguns munícipes, fomos respondendo com a ideia de que, sendo o Estado...”*. Isto, no fundo, corresponde àquilo que foi feito, não de uma forma formal, mas, no fundo, até certo ponto, numa forma incomodativa, nós temos aceitado, e digo nós, se calhar todos que estamos aqui e outros responsáveis do concelho, que isto, algum dia, ia ser levado a bom porto, na sequência de um acordo que foi estabelecido no passado. Quando digo que fomos nós é porque havia uma comissão. Portanto, no fundo, os três partidos representados na Assembleia Municipal e na Câmara sempre se reviram, na minha opinião, nessa comissão. Tanto que isso é verdade que reanimaram, recentemente, essa comissão, não com os mesmos membros, mas que, no fundo, o sentido é o mesmo.

«Portanto, na nossa opinião, é preciso, neste momento, dizer que Peniche está unido em torno do seu Hospital, que estamos disponíveis para conversar, que, naturalmente, a Câmara, particularmente o senhor Presidente, nas reuniões que vão ter lugar, representará, obviamente, os interesses de toda a população. Mas isto é no tom em que está e penso que devemos fazer um esforço para que isto continue assim.

«Agora, mais do que estarmos aqui a discutir a moção, penso que temos que pensar mais no dia seguinte, para mim é que é a discussão fulcral. A população de Peniche e os autarcas de Peniche têm seguido a linha do bom senso, de paciência, inclusive do incómodo que é ouvir as pessoas que trabalham no Hospital e no Centro de Saúde, mas, particularmente, ouvir a ansiedade da população, ou de uma grande parte da população, que se vai apercebendo.

«A minha dúvida, neste momento, é se vamos continuar neste tom durante muito tempo ou vamos chegar aqui a um acordo, para além da moção, da necessidade de voltar a falar com a população. E voltar a falar com a população de uma forma ordenada, correta, mas que, no fundo, se dê a tal satisfação que ficou de se dar na outra concentração. Porque agora, o que está em jogo está muito para além daquilo que, até há pouco tempo, nós considerávamos que ainda estava em cima da mesa, que era o tal

momento oportuno que poderíamos, ou não, pressionar para que fossem feitas as obras e que fossem consideradas as valências, portanto, o documento que, no fundo, foi acordado na altura.

«Agora, o que está em jogo é o Hospital. É o Hospital e são as urgências. E se nós, Peniche, todos nós, não manifestarmos disponibilidade para darmos a cara e, de uma forma concertada, em que haja um consenso alargado, possamos, a uma só voz, ou a várias vozes, mas com os mesmos objetivos, dizer a quem manda, a quem está no poder, às regiões a nível de direção da região e também do poder central, dizer que nós não aceitamos esta saída. Porque, para já, eu ficaria completamente desagradado e desanimado com a população se não reagíssemos a esta situação que está em cima da mesa. Os autarcas, os políticos, aqueles que queiram ficar para trás que fiquem. Naturalmente, todos nós temos liberdade para o fazer.

«Mas, o que importa, na minha opinião, de uma forma correta, de uma forma democrática, de uma forma de representatividade da nossa população, é dar o sinal. É preciso dar o sinal! Porque se continuarmos num vai e vem, e o vai e vem são as reuniões sem haver compromissos que sejam para cumprir, que, no fundo, o que está agora em cima da mesa é que há compromissos, que foram tomados em nome do Governo português, e que agora não são assumidos. Dá vontade de repetir aquilo que nós vamos lendo no dia-a-dia por esses jornais todos: Qualquer dia, o que é que falta fechar? Estas são questões fundamentais. Há outras questões, que podem fechar, que podem não ser fundamentais, são questionáveis. Mas esta não, esta, para mim, é sagrada. Para mim é sagrada, e penso que para a maior parte da população é sagrada.

«Agora, o que mais me preocupa são aqueles que, na maior parte das vezes, não têm voz, são aqueles que são os mais carenciados, são aqueles que têm mais dificuldades, porque, alguns de nós, de uma forma ou de outra, se tivermos um azar, a gente desenrasca-se. Desenrasca-se, de uma forma ou de outra desenrasca-se. Agora, há outros que não, que vão tendo mais dificuldades para chegar lá. E não quero repetir aquilo que já foi dito no jornal hoje, li eu no jornal, por pessoas de Torres Vedras, espero que não tenhamos necessidade, se houver algum azar, de termos que culpar alguém *a posteriori*. Era melhor que, de uma forma correta, conseguíssemos que não houvesse essa necessidade, que garantíssemos que o Hospital de Peniche tem que continuar a funcionar e que as urgências, penso que é fundamental, continuem a funcionar para bem da nossa população.»

**Vítor Mamede (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu li os documentos que têm a ver com esta moção e li, em vários momentos, referir: *“o que foi acordado”*. Gostava de saber, eu não tenho estado, como sabem, assiduamente na Assembleia, e, em determinada altura, ouvi falar na perspetiva de assinatura de um protocolo, entre a autarquia e o Ministério da Saúde. Gostava de saber se esse protocolo foi assinado e de que é que consta, e, se ele existe, que seja distribuído pelos grupos parlamentares. Por outro lado, penso que chegou a hora de, indo um bocado na linha daquilo que o Henrique disse, de deixarmos os brandos costumes, e propunha que, a partir de agora, quando não houver reuniões, e acho que se não estão agendadas a Câmara deve agendar com a maior urgência, reuniões com a ARS e com o

Ministério da Saúde, devem estar presentes, não só o Presidente da Câmara, que, efetivamente, representa o Município, mas, também, um representante de cada um dos partidos com assento nesta Assembleia. Isto para que as pessoas do Governo percebam que não é só o Presidente da Câmara que está a falar, e tinha toda a legitimidade para falar em nome do concelho, são também as outras forças políticas que se associam na discussão deste assunto, que para nós é extremamente importante.»

**José Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Naturalmente, concordo com a moção e não tenho nenhuma dificuldade em a subscrever. Mas, de qualquer maneira, e não quero entrar aqui em qualquer tipo de polémica, até porque concordo com o princípio que o Henrique Bertino defendeu, que deveria haver uma união à volta deste processo aqui. Não é por acaso que, eu próprio, na primeira assembleia municipal que se realizou depois da tomada de posse deste novo Governo, manifestei a minha disponibilidade total, apartidária e pessoal para continuar nesta luta do Hospital.

«Agora julgo que deveremos todos refletir, também, um bocadinho, e não nos fará mal, mantendo essa união e essa unidade na luta pelo nosso Hospital, julgo que não nos fará mal, a nenhum de nós, porque temos, todos nós, todos nós temos a nossa quota-parte da responsabilidade, fazer alguma reflexão sobre este processo. Sobre os comportamentos que tivemos individualmente neste processo e sobre os comportamentos que os diversos partidos tiveram ao longo deste tempo neste processo. E falo aqui de todos, sem exceção de nenhum.

«Há pouco, o Farricha Mamede falava no protocolo. Eu julgo que o senhor Ministro nunca assinou o protocolo. O Ministro Correia de Campos foi quem o redigiu, foi quem o aprovou, nunca pôs lá o nome dele. Salvo erro, foi um técnico mais tarde que assinou.

«Temos uma comissão de acompanhamento, também seria interessante refletirmos, faz-nos bem refletir sobre estas coisas: Desde o primeiro problema que houve com o Hospital até ao dia de hoje quantas vezes essa comissão de acompanhamento reuniu?

«O Dr. João falou que os Deputados do PS vieram cá, em novembro de 2011, ver porque não se tinham feito as coisas que se tinham aprovado em 2007. Ó senhor deputado, de 2007 a 2011 são quatro anos. Desses quatro anos, estamos a falar de três meses deste Governo e três anos e não sei quanto do outro. Eu julgo que a questão devia ser posta era de uma outra maneira: Porque é que não se fez alguma coisa durante três anos e tal? E não durante só três meses deste Governo.

«Eu tenho dito, e todos sabem que tenho regularmente levantado este problema, aquilo que está escrito nos jornais e está decidido, deve estar escrito em dezenas de sítios em assembleias municipais e num texto que fiz para *A Voz do Mar* sobre esta matéria, que Peniche ia ficar só com cuidados continuados. Portanto, só quem não quis ver. E volto a reafirmar, hoje, aqui, que, além de ficarmos com cuidados continuados de saúde, dificilmente, dificilmente, teremos urgência. Mais uma vez vão-me chamar demagogo, populista, não sei quê, mas não faz mal. O que saiu ultimamente e o que vai acontecer ao Hospital de Peniche não é mais nem menos que aquilo que eu



tenho andado a alertar. Naturalmente as minhas forças políticas são nulas, não poderia fazer nada, mas competia-me, pelo menos, ir dizendo aquilo que eu pensava.

«Recordo-me também que disse, mais do que uma vez, nesta Assembleia, que o que estavam a fazer com este processo do Hospital era a adormecer Peniche, para que chegássemos a esta situação. E, portanto, chegámos! Se estamos contentes ou não? Chegámos! Vejo alguns deputados já felizes, a rirem e tudo, eu não. Mantenho muito a minha preocupação sobre esta matéria. No fundo, senhor Presidente, eu acho que este é um processo que foi muito complicado e doloroso para Peniche. É um processo, volto a afirmar, como já afirmei mais do que uma vez aqui, em público e nesta Assembleia Municipal, é um processo que eu, pessoalmente, considero irreversível. Independentemente disso, é um processo por que Peniche deve lutar. Julgo, também, que deve ser objeto de, todos nós, enquanto políticos com responsabilidades, fazermos alguma reflexão sobre os comportamentos que nós, de forma pessoal ou de forma político-partidária, tivemos neste processo, tentando sempre encontrar vitórias para os nossos partidos e derrotas para o dos outros, esquecendo, muita vez, a população de Peniche.»

**Tiago Gonçalves (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Em relação à moção e a toda esta problemática do Hospital de Peniche, não há dúvida da nossa união e partilha integral de ideias, relativamente ao não encerramento do serviço de urgência básica do Hospital. Mas, acresce a isto, que a proposta, da forma como está redigida e é do nosso conhecimento, vai mais longe do que encerrar apenas o serviço de urgência básico. Vai mais longe e vai ao desmantelamento, quase por completo, do Hospital, transformando-o numa mera unidade de cuidados continuados e, depois, tendo em cuidados primários de saúde um conjunto de consultas de especialidade e outras alterações.

«Nós não podemos concordar com isto! O grupo do PS não pode concordar com isto e, como tal, afirma-o de forma bastante clara, da mesma forma como, em 2007, se opôs ao encerramento da urgência do Hospital de Peniche, quando havia, na época, um Governo do Partido Socialista. Portanto, a nossa postura continua a ser exatamente a mesma e não mudamos de posição em função das ocasiões.

«Depois, também importa aqui esclarecer algumas coisas. Importa aqui esclarecer que os Deputados da Assembleia da República do Partido Socialista não só visitaram o Hospital, em novembro do ano passado, como também tiveram outros contactos, durante outros lapsos temporais, relativamente a este assunto. Portanto, não é um assunto que nos tenha ocorrido em novembro. Acho que é importante fazer este tipo de esclarecimentos, porque nós, quando entramos aqui numa postura de “ai, eu não vou entrar aqui neste tipo de questões laterais”, mas, depois, entrando, obriga-nos a dar aqui algumas respostas sobre essas questões. Eu não queria fazer isso mas, já que somos obrigados a isso, fazemos. Em sede de reunião da comissão de acompanhamento também fizemos esta sugestão, o grupo do PS, através da minha intervenção, que lá produzi, sugeri que se solicitasse uma reunião com todos os grupos parlamentares da Assembleia da República.

«Outra questão, não é de menor importância sabermos se, de facto, houve ou

não uma assinatura do protocolo. Porque, no fundo, é um argumento de peso que temos para jogar. Portanto, quando vamos a jogo devemos saber as armas que levamos.

«Depois, também não é de menor importância, nesta discussão, referir que 16% da população do nosso concelho não tem médico de família.

«Todas estas questões têm que ser completamente integradas e têm que ser analisadas neste contexto. Portanto, continuamos a defender aquilo que defendíamos sempre: Não ao encerramento do serviço de urgência básico e não ao desmantelamento do Hospital de Peniche. Aquela que era a profecia que estava a ser lançada, nas últimas eleições autárquicas, pelos candidatos do PSD, acaba por se concretizar, infelizmente é durante um Governo do PSD.»

**João Gomes (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu, em resposta ao deputado José Leitão, gostaria de referir o seguinte: Não foi só agora em novembro que o Partido Socialista tomou posições relativamente a isto. Durante o período em que o Governo foi do Partido Socialista, o Partido Socialista de Peniche também tomou posição junto dos Deputados da Assembleia da República e foi apresentada uma moção pelo Deputado da Assembleia da República Galamba, das Caldas da Rainha, junto do Governo do PS, relativamente à concretização das propostas que então tinham sido aprovadas. Portanto, não foi de agora que acordámos, de repente, para esta situação. É normal que continuemos a insistir. Em novembro, é óbvio que não estávamos a exigir uma coisa, o Governo tinha acabado de tomar posse. Isto não é contra este Governo, esta situação arrasta-se e o Partido Socialista tem estado desperto e tem estado a evocar a situação, quer no passado, quando o PS era Governo, quer atualmente que o PSD é Governo, como é óbvio. Sendo Governo tomou esta posição e nós estamos agora aqui, neste momento, não tanto pela falta de concretização daquilo que foi prometido e não foi cumprido, mas mais pelo retrocesso que está agora a haver, que é de, novamente estar em cima da mesa o encerramento das urgências.»

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente ao documento e uma vez que foi colocada uma questão pelo senhor deputado Ademar, só dizer que, quando se refere aqui “fomos respondendo” é exatamente nesta linha que foi aqui dito. Porque, de facto, houve sempre um contacto e isto foi feito por mim. “Fomos” porque eu participei, uma vez que o senhor Presidente fez questão de me manter informado e, nas alturas em que foi necessário, responder, eu próprio, como devem calcular, sou bastante questionado por alguns munícipes. De facto, aqui este “fomos respondendo” enquadra-se nesta linha de contactos e de cooperação que existiu. Portanto, na minha opinião, claro, porque fui eu que escrevi, não está deslocada, aceitando obviamente que possa haver... também não me parece uma questão relevante, de qualquer maneira, mas isso é a minha opinião.

«Sobre a reunião que houve, é assim: Foi produzido um pequeno relatório que foi passado às pessoas que participaram nesta reunião que foi aqui referida, teve lugar na Câmara, no dia 14 de fevereiro, dia de São Valentim. Participou o responsável pela Administração Regional de Saúde, o doutor Luís Cunha Ribeiro, e o Presidente do

CHON, participaram todos os elementos do executivo municipal e representantes de todos os partidos com assento na Assembleia Municipal. Portanto, no essencial, aquilo que ficou claro desta reunião é que os únicos argumentos que existem e que são perceptíveis são argumentos claramente financeiros. Aliás, toda a argumentação que foi produzida foi um bocado nesse sentido, não é que isto não seja importante, atenção, faltam é os outros argumentos, que são aqueles argumentos que nós também colocamos em cima. Aquilo que nós procurámos contrapor foi que o colocar primeiro as pessoas tem outro tipo de implicações que não só o custo financeiro.

«No Oeste temos dois centros hospitalares que têm um défice de vinte milhões de euros.» Portanto, isso foi o início da reunião, começou por aqui, isto só para ilustrar um bocado que havia um bocado esta lógica, vive-se uma lógica de tesouraria: “Ou há dinheiro ou não se compra.” Depois: “Sentimos uma obrigação de dar resposta a isto.” Mas depois: “Compramos a comidinha, os remédios e os lençóis.” Portanto, isto foi a intervenção do senhor Presidente da ARS. Isto, no essencial, para depois dizer qual era a proposta que ele tinha, inclusivamente disse que não tinham vocação para gerir património. O património era para outros gerirem, o Hospital Termal das Caldas é uma estrutura a passar para alguém, que não propriamente para aqui para esta gestão hospitalar.

«Depois começou com um discurso, começou por dizer: “Peniche não tem hospital.” É claro que explicou porquê, na lógica dele. Tem uma coisa qualquer que não é um hospital, na lógica dele, e, portanto, não ia encerrar coisa nenhuma, porque não há nada para encerrar, porque não há hospital. E depois foi muito claro naquilo que disse: “O edifício deve ser uma unidade de cuidados continuados.” Admitiu, vagamente, que poderia haver um serviço de atendimento de urgência até às 24 horas, na altura não foi claramente dito se era um serviço de urgência básica se era um atendimento ao nível do Centro de Saúde. Pelo documento da ARS sabe-se que é, quando muito, um atendimento ao nível do Centro de Saúde e não propriamente unidade hospitalar.

«Quanto ao resto, a única coisa que foi dito nesta reunião, pelo senhor responsável pela ARS, foi que nada estava decidido, tudo estava em discussão e, portanto, a Câmara Municipal de Peniche tinha sido a primeira a ser contactada. Mas, ficou-nos claramente a ideia que, contrariamente ao que estava a ser dito, tudo estava decidido e que aquilo que estava ali a acontecer era uma comunicação daquilo que estava previsto e que era exatamente isso.

«Entretanto tivemos contacto, e certamente que os senhores deputados também tiveram, com aquilo que é o documento de trabalho da própria ARS. É um documento de trabalho, onde é claro isto: Encerramento da estrutura hospitalar, aí já não é só da urgência é da estrutura hospitalar, e admissão de que possa acontecer o funcionamento do serviço, não sei, mas imagino que tipo SAP, no Centro de Saúde, até às 24 horas, admitindo-se essa possibilidade.

«Não houve, assim, digamos, mais questões assim fundamentais. Houve muita argumentação, por parte de todos os presentes, e estavam, como eu disse, todos os membros da Câmara e representantes de todos os partidos na Assembleia Municipal. Todos colocámos a tónica nas razões que fundamentavam a necessidade de existir uma estrutura hospitalar, quer do ponto de vista mais imediato, que é aquilo que tem a ver com a qualidade de vida e com a segurança dos próprios munícipes, quer, também, com

questões associadas ao próprio desenvolvimento económico e social da região. Foram bem acolhidas essas preocupações, na opinião das pessoas que lá estavam. Só quem falou foi o senhor Diretor da ARS, o senhor Presidente do CHON, que também estava, o Dr. Carlos Sá, não falou.

«Portanto, foi transmitida esta ideia de que nós, em Peniche, e foi transmitida por todos os presentes, que nós iríamos pugnar pelo nosso hospital, pelo nosso serviço de urgência básica e, fundamentalmente, foi isto que se passou nesta reunião, embora, depois, eu possa passar a informação escrita que foi feita, creio que pelo senhor Presidente da Câmara. Portanto, isto relativamente àquilo que se passou nessa reunião, no dia 14 de fevereiro.

«Só comentar aqui também uma coisa que disse o senhor deputado José Leitão, que: “Só não viu quem não quis ver.” Eu queria ver, eu queria ter visto outras coisas. Se calhar, vi algumas, não vi todas, mas queria ter visto outras coisas. Reconheço, agora estou a falar em termos meramente pessoais, que sou, às vezes, um bocado *naïf* nalgumas coisas. Eu estou a reconhecer isto, porque, eu parto do princípio, que quando há compromissos que são assumidos entre entidades, esses compromissos, das duas uma, aliás isto foi dito por mim, e os colegas que lá estavam ouviram-me dizer isto ao senhor Presidente da ARS, ou esses compromissos são, digamos, desfeitos, formalmente desfeitos, ou então têm que ser cumpridos, porque é assim que funcionam as pessoas de bem.

«Portanto, eu confesso, que até uma certa altura, eu estive, de facto, convencido que havia problemas de percurso, mas que as coisas eram para cumprir, porque não tinha nada que me dissesse o contrário. A partir de uma certa altura e quando sou confrontado com estas orientações, obviamente que aí a minha dimensão, ou meu lado *naïf*, revolta-se todo contra o outro, que é um lado mais racional, e, obviamente, que percebo que, se calhar, teria tido outro tipo de exigência se tivesse pensado que aqueles compromissos que estavam estabelecidos, sejam eles verbais ou não, o que me interessa, a mim, não é tanto se o ministro assinou, interessam-me é que os compromissos são públicos e notórios. Eles são públicos e notórios. Isso é um facto. É um facto, penso eu que incontornável.

«Deixar só estas notas e entender, mais uma vez reforçando aquilo que já foi dito, que, nestas questões, o que faz falta é juntar a malta. Aproveito a homenagem ao Zeca Afonso, que morreu há 25 anos. Portanto, é isto, o que faz falta é unir a malta, no sentido de defender aqueles que são os verdadeiros interesses dos nossos munícipes.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«A questão do hospital foi abordada aqui inúmeras vezes, ou várias vezes, ao longo dos últimos dois anos, porque é o mandato desta assembleia, mas, já na assembleia passada, também, de vez em quando, a questão do hospital vinha à discussão. E podemos dizer, se quisermos fazer a análise, que, se calhar, ficámos todos mal no filme. E ficámos todos mal no filme, porquê? E não vale a pena agora estar aqui a preparar a estratégia que caracteriza a politiquice local, de que agora vamos argumentar para amanhã irmos recolher louros. Isto é mais grave que a politiquice. O que está aí em cima da mesa, neste momento, desde que eu sou autarca penso que

nunca houve uma coisa tão grave como esta situação atual, que é o hospital, e eu já sou autarca há muitos anos.

«Não vale a pena estarmos a discutir argumentos. Estamos a esgotar-nos sem necessidade. Porque, no fundo, o José Leitão tem razão e temos todos razão, porque nós fomos fazendo de conta que não víamos. Foi, quase sempre, evidente que aquele protocolo, ou aquele acordo, ou aquela situação que se arranjou para Peniche, para que Peniche não incendiasse como estavam Anadia e outros concelhos, na altura, então arranjou-se, se calhar fruto também de algumas influências de portas que se abriram, e que alguns governantes, mesmo contrariados, acabaram por aceitar uma situação que resolvia o problema de todos. Prometia-se que iriam coexistir obras e investimentos no hospital, de vez em quando vinha cá alguém reafirmar isso, isso aconteceu, acho que antes das eleições. O que é certo é que nós fomos sempre aceitando como do mal, o menos. E também fomos aceitando porque nunca tivemos a coragem de partir para outro tipo de intervenção. E posso reconhecer que, no meu grupo, houve sempre pessoas disponíveis para avançarmos para outros níveis de intervenção com a população. De outro tipo de manifestação de desagrado pela situação, de reivindicação pelos interesses. E o que é certo é que, no fundo, de uma forma ou de outra, nos fomos convencendo, uns aos outros, que ainda não era a altura.

«Agora, independentemente de tudo que cada um possa pensar e culpar o outro por esta iniciativa, o PS porque estava no Governo e não fez, independentemente dos Deputados e dos autarcas de Peniche estarem contra a posição. É a mesma situação que o PSD tem e os autarcas de Peniche do PSD hoje têm, ou vão no barco ou saem do barco. O barco é que não para! É assim, eu aqui assumo, não falei isto com ninguém, mas mesmo daqui a algum tempo, depois do senhor Presidente esclarecer, depois das reuniões que têm que haver, a partir do momento em que haja decisões e que, como o José Leitão diz, são irreversíveis, eu para já tenho uma convicção: Que tenho que lutar! Que tenho que lutar por mim, pelos meus e pela população! Sou presidente de uma junta, que é só a maior da cidade, e tenho a confiança que depositaram em mim, de forma inequívoca. E eu, para representar essa confiança, para dar corpo a essa confiança, nem me sentiria bem. Não, isto vai partir, vai partir para a luta! Qual é a luta? É a concertada? Vamos todos de braço dado, convictos que temos que defender e que temos que demonstrar que, para nós, é essencial ter um hospital em Peniche? Que hospital é? Vamos discutir que é essencial termos um serviço de urgência? É! Não venham cá com números, aí vamos discutir política.

«Eu não me sinto nada responsável pelo estado em que o país está. Não me sinto nada responsável! Devem responsabilizar aqueles que foram responsáveis, que gastaram o dinheiro como não deviam ter gasto. Porque nós também fazemos análises, se quisermos fazer análises políticas também fazemos, também podemos chegar à conclusão. Há um jornal, é um jornal desta semana, eu não leio muito jornais, porque quase deixei de comprar jornais. Mas, ainda um jornal desta semana, punha novamente a nu que a dívida não é assim como se conta, parece que é uma dívida que é toda pública, e a maioria da dívida é privada, e é privada sustentada no engano e no embuste de muitos anos. Particularmente os bancos que abusaram nesse sentido, mas não é só, o país, os governos, todos nós, no fundo, fomos num engodo.

«Aqueles que tinham capacidade para fazer tudo bem, comprar casa, passar

férias, comprar carros, endividarem-se até mais não. Quem tem, tem, acabou, pode. Agora, o que é certo é que o país não tinha estruturas para isso e hoje, naquilo que para nós é sagrado, para os nossos velhotes, no dia-a-dia, aqueles que têm mais dificuldades, naturalmente que é a reforma.

«Ainda hoje, eu fui a um sítio, encontrei uma pessoa, estávamos a brincar, a gracejar, por causa do totoloto, e disse-lhe qual era a minha perspetiva de quando é que punha os papéis para a reforma. Estava-lhe a dar os meus conhecimentos de quando é que a lei estabelece que o cálculo das pensões ou das reformas se altera... Já agora alerto que a partir de 2015 é um, a partir de 2016 é outro, que é muito mais grave, tem consequências muito mais graves, e quem pode, pode. Os jovens é que vão pagar a fatura maior. E a pessoa dizia que daqui a quando eu estou a pensar isso já não há dinheiro. Não, eu estou convicto que há! Temos que fazer todos uma forcinha para que haja. Agora, também vamos ficando convencidos que vai haver menos. Mas, cortem aos grandes! Cortem aos grandes! Eu gostei muito do exemplo, não é demagogia, acho que não é demagogia, dou exemplo do presidente da república grega. Gostei! Não precisa? Prescindiu e acabou.

«Quando se diz 5% e 10%, há pessoas a quem 50% ou 60%, não faz mal nenhum, e davam o exemplo. Há certos sacrifícios, as pessoas estão convictas que há necessidade disso, aqueles que podem, nós temos demonstrado sermos bons portugueses. Até não tem havido grandes contestações. Eu fui à manifestação, naturalmente, a Lisboa. Fiz a minha obrigação e o meu dever e a minha convicção levou-me lá. É verdade que grande parte da população aceita. Aceita isto como seja inevitável, e não é inevitável. Não venham falar que isto é inevitável porque não é. O caminho para lá é que era inevitável e temos que pôr este país, nós temos que virar o país de pernas para o ar. E vamos chegar lá! Virar o país de pernas para o ar é convencer as pessoas que é possível recuperar o país e pôr o país a produzir, não é pôr as pessoas no desemprego.

«Eu estou convencido que há uma grande necessidade de Peniche dar o exemplo, de uma forma civilizada, mas de uma forma unida, naturalmente, esta unida é, penso, que é o objetivo de todos, mas com convicção. Quem não quiser estar unido não está unido, mas temos que ir para a rua. Temos que trazer cá as televisões, temos que demonstrar uma força inequívoca, que a população de Peniche não está de acordo com isto. Eles que contem depois as pessoas, que venham cá, porque é um sentimento, mas que filmem e que oiçam aquelas pessoas, as mais necessitadas. Porque eu, sinceramente, estou preocupado comigo, estou preocupado connosco, estou preocupado com aqueles que, como o Rogério, como eu e como outros, somos uns stressados no dia-a-dia.

«Temos que pôr a moção à votação, depois, se calhar, vamos poder continuar a discutir o assunto. Eu gostava de saber, concretamente, do senhor Presidente, até porque o comunicado da câmara dizia que iria realizar-se uma reunião entre oito ou dez dias, se essa reunião está marcada ou não. Mas nós não podemos, neste momento, perder muito tempo, porque, se perdemos muito tempo, eles tomam as decisões e depois as decisões estão tomadas. Portanto, eu acho que temos que dar corda aos sapatos, como se costuma dizer, e decidir irmãmente o que é que vamos fazer.»

**Carlos Santana (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu, ouvindo o Henrique Bertino falar, tenho que dizer algumas coisas que não consigo compreender a postura que ele está a ter agora. Porque, quem o ouvir pela primeira vez a falar, vê-se que é uma pessoa que vai à luta, que está interessadíssimo pela questão do hospital. Mas não é só ele, são todos! E o PSD, que está agora a apanhar, se é assim, se querem levar a batata quente que é o final da resolução, já apanhou o barco há muito tempo. Aquele barco, que o Henrique Bertino diz que alguns têm que apanhar, está-se a referir à CDU. A CDU é que não apanhou nenhum barco em relação ao hospital. Porque esquecem-se que enviaram para a população um desmentido ao que o PSD enviou também à população, a dar já o fim do que se está a acontecer agora, no hospital, em 24 horas tiveram uma capacidade, fora do normal, para fazer um desmentido, até quando nesse manifesto havia lá chapado o Diário da República que extinguiu o Hospital de Peniche. Mesmo assim era mentira! E assim andaram nesse barco. Convinha! Claro que convinha! Só pode!

«Não foram coerentes em demonstrar à população que isto estava-se a passar. Não foram! Interessaram única e exclusivamente no voto, porque aquele desmentido era uma mentira pegada, e hoje está-se a confirmar essa mentira, não foi um desmentido de uma mentira, foi o desmentido de uma verdade. E agora é a verdade pura e esse desmentido não vem aqui ser falado. É o tal barco, onde iam alguns. Quando se fala se alguns autarcas querem ficar para trás, não sei a quem é que se está a referir, porque o PSD está neste barco, a alertar a população, desde o início, desde o primeiro momento. E, desde o primeiro momento, tem feito diligências junto de várias entidades, propriamente também no hospital, para se tomar conhecimento. Várias vezes, aqui, eu e os meus colegas de bancada, dissemos e havia o desdém, havia aquele sorriso amarelo, quando se dizia que as coisas foram levadas do hospital, até por presos, e chegaram a Alcobaça todas partidas. Não era verdade. Lá está, se calhar, alguém a falar que não era verdade.

«Alertou-se aqui para a situação das urgências, cujos médicos não estavam a receber há mais de dois meses, o senhor Presidente: “Isto não é comigo, não há problema nenhum.” E isto é a realidade, senhor Henrique Bertino. Eu acho que estamos todos, e devemos estar todos, unidos nesta causa, e o PSD, independentemente do partido que esteja no Governo, porque para o PSD local interessa é o local, não é o partido em si. É o interesse local! E é isso que eu gostava.

«Congratulo-me agora, mais vale tarde que nunca, é um ditado português, não posso dizer quem foi o autor, mas é um ditado português, mais vale tarde do que nunca, reconhecerem que está agora o momento de ir lutar, não com bandeiras vermelhas e pretas, que isso, já disse em vários sítios, não compactuo com essa brincadeira, porque durante estes dois anos podíamos estar a lutar com essas bandeiras. Aí eu ia para lá também. E vou à mesma, mas foram dois anos que andámos aqui a perder, quando éramos alertados por várias pessoas.

«Quando se fala no protocolo, eu não consigo perceber quando, ao fim de dois anos, estamos a falar do protocolo que tem que ser cumprido. Então, mas quem é que assinou o protocolo? Foram duas partes, duas entidades. Certamente foram duas entidades. Uma que tinha que executar e a outra que não tem nada a ver com a área da saúde, certamente tinha que fiscalizar, e não fiscalizou. E essa foi a Câmara Municipal

de Peniche, que não fiscalizou o cumprimento desse protocolo. É legítimo agora, ao fim de dois anos, estarmos aqui a ter este discurso de aqui El-Rei, alguém está-nos a enganar, se nós não fizemos nada para denunciar quando o ato não era cumprido? Temos culpa nisto? Temos sim senhora. E há que assumir. Quando se pede responsabilidades políticas, também está na altura de assumirmos as responsabilidades políticas. Neste caso locais. Não é nacionais, era locais. E isso não estou a ver. Pois é!»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Interrompeu o senhor Carlos Santana (PSD) e perguntou se a Câmara tem responsabilidades no encerramento do hospital.

**Carlos Santana (PSD):**

Continuou a sua intervenção:

«Ó senhor Henrique Bertino, quem é que assinou o protocolo? Foi a Câmara. Então a Câmara é fiscalizadora, do cumprimento do protocolo. Para exigir que ele se cumpra tem que se estar prejudicado em algo, senão não é parte. Agora, quando se fala em preparar estratégia para tirar louros, o discurso que está a ser feito aqui pela CDU, esse é que é uma verdadeira estratégia para tirar louros, porque não deviam ter dito assim, deviam ter dito assim: “Não, nós errámos. Nós fizemos um comunicado à população, a dizer que era tudo mentira, e as coisas estavam a acontecer.” É verdade, isso custa. Tiveram vinte e quatro horas para decidir esse desmentido e dois anos para encontrar aqui uma solução para a vossa posição.

«É de salientar que o PSD, isso é de salientar, vai até ao fim exigir o que tem vindo a alertar à Câmara, a alertar na Assembleia Municipal, vai até ao fim, que é lutar pelo hospital. E espero que todos tenham essa postura. Todos! Que não venham mais uma vez dizer que é tudo mentira, que isto que estamos a ouvir nestas reuniões é tudo mentira. É muito simpático dizer agora que fomos ingénuos, fomos *naïfs*. Fomos o que quiséssemos ser. É muito simpático, quando, na altura, tinha duas opções a tomar: Ou ouvir o que os do CHON ou os do Governo vinham dizer, ou ouvir também o que os locais andavam a dizer que se estava a passar. Duas opções! Acreditou-se num lado não se acreditou no outro lado. O que foi pena nisto foi isso, foi que durante dois anos não andámos todos a lutar na mesma maneira.

«Agora, espero, já no final, se calhar como o meu colega de bancada diz é irreversível, mas há que fazer um último esforço. A esperança também é a última a morrer, por isso há que tentar fazer. Mas, depois, quando a oposição vier dizer algumas coisas, espero que tenham a abertura para receber essa informação e acreditarem que a oposição está aqui também com interesse local e para resolver os problemas, não é para tirar louros nem nada disso, como se pretende.»

**José Amador (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu também estive nessa reunião, no dia quinze do dois de dois mil e doze, em representação da Assembleia Municipal da CDU. Devo dizer que, na verdade, o que ali ouvi deixou-me deveras preocupado. Aliás, o meu comentário logo é que este homem, que apareceu ali, que era médico, o senhor presidente da ARS, na minha perspetiva, era



um regateiro número dois. Todos nós recordamos o regateiro número um, que esteve aqui, o senhor doutor que só via números, só falava em números, e este era a mesma coisa, também só falava em números. E por esta ordem de ideias, o melhor é fechar tudo, fechar o país, e então está a questão dos números resolvida, não há problema nenhum. Mas deixou-me deveras preocupado.

«Em relação à moção que está aqui, eu acho que a moção, por aquilo que eu ouvi, vai ser aprovada por todos, ainda bem que assim, é sinal que estamos todos a remar para o mesmo lado. Quando estamos todos a remar para o mesmo lado, como se diz na gíria, levamos o barco a bom porto. Para mim, não me interessa nada de quem é o Governo. Naturalmente, que eu gostaria de um Governo diferente, de outra cor. É por isso que tenho andado a lutar e que hei de lutar, com certeza, mais alguns anos. Mas o que me interessa é o hospital a funcionar e as urgências vinte e quatro horas por dia. E digo isto porque Peniche merece as vinte e quatro horas, derivado às suas características. Aliás, aí a moção foca bem isso, um porto com estas características, pessoas a trabalhar por turnos toda a noite, duplica, triplica, quadruplica a sua população no período sazonal, etc..

«Portanto, ao contrário do que diz aqui o meu antecessor, a CDU não quer louros. Não quer Loures, nem Torres Vedras, nem Alcobaça, nem Caldas da Rainha, não quer nada. O que a gente quer, unicamente, é o hospital a funcionar, tal qual como foi acordado no protocolo, com mais valências, e que sirva os interesses desta população e de quem nos visita. Porque a questão é esta: Se nós não nos mobilizamos a favor do hospital, se nós não nos manifestamos a favor do hospital e das suas valências, depois vem o tribunal, depois há de vir as finanças, depois há de vir a alfândega, as juntas de freguesia já sabemos o que é que aconteceu, e nós não estamos aqui por esses ajustes.

«Portanto, o protocolo deve ser cumprido, porque foi assinado entre pessoas de bem e, quando as pessoas de bem assinam as coisas, é para serem cumpridas, senão isto reina a anarquia, e nós não queremos que funcione a anarquia. Nós queremos é um hospital com dignidade e a população de Peniche e quem nos visita tem, na verdade, esse direito. Portanto, penso que não devemos baixar a guarda, queremos as urgências a funcionar, tal qual como eu hoje disse, e é importante que as autoridades reconsiderem sobre aquilo que por aí andam a dizer. Aliás, eu hoje acabava de ler aqui no jornal, fui com muito gosto à sede do meu clube, porque ganhou ontem, e vejo aqui uma declaração do senhor José Manuel Silva, que lamenta que a reorganização esteja a ser feita sem qualquer consulta ou informação prévia à Ordem dos Médicos. À Ordem, que é o organismo máximo! Portanto, deviam ter alguma consideração. Bem, mas isto também é o que ele diz. Mas, por acaso, é engraçado, eu acredito mais nele que no Governo.

«O que eu não quero, a população também não quer, já vi que vocês não querem também, e ainda bem, é que nós sejamos um anexo de Caldas da Rainha. É que, nesta altura, Peniche funciona quase como um anexo de Caldas da Rainha, exactamente. E, portanto, o que me interessa é que o protocolo seja assinado, que seja cumprido e que Peniche tenha mais valências, é esse o meu desejo. Acho que a moção está muito bem redigida, merece a minha aprovação e vamos ver o que isto vai dar, porque nós cá estaremos, como sempre estivemos, na primeira fila, em defesa daquilo

que interessa à população de Peniche.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«Penso que nós estamos a viver um dos momentos mais marcantes e mais desafiantes, a todos os títulos, para a nossa comunidade. E, felizmente, a nossa comunidade tem um exemplo daquilo que era, em 2007, para muitos, uma inevitabilidade. Lembram-se? Uma inevitabilidade! E Peniche deu o exemplo de como, de forma unida, articulada, e porque ciente da razão de conquistar aquilo a que legitimamente tinha direito e que tem direito, tendo em conta, tal como é expresso no texto da moção, essas razões, à época, 2007/2008, se mantêm e foram, nalgumas situações, ainda mais acentuadas.

«Não vou referir alguns dos indicadores que já foram aqui falados, mas poderei ilustrar, com dois ou três, que vêm em reforço daquilo que, em 2007 e 2008, nós evidenciámos, através do estudo que foi elaborado. Exemplificando: ESIP, empresa que neste momento tem cerca de 800 trabalhadores, à época teria entre os 500/ 600 trabalhadores; Uma cada vez maior atratividade, relativamente àquilo que são as atividades associadas às atividades marítimo-turísticas; A manutenção da atividade da pesca, de forma reforçada ao nível do volume de negócios das transações em lota.

«Por isso, aquilo que nós temos é um quadro que, obviamente, nos reforça, digamos, a razão para continuarmos e reivindicarmos aquilo que nos foi prometido. Não podemos, não devemos, entendo que não o deveremos fazer, é entrar naquilo que pode ser o equívoco da responsabilização política, pelo facto de aquilo que de forma sucessiva, de forma institucionalizada, por quem também legitimamente estava mandatado para o efeito, que aquilo que foi muitas vezes anunciado e por isso também divulgado, que possa não ter sido cumprido. Aí, quem deverá ser responsabilizado, todos estão documentados sobre isso, sobre quem é que deve ser responsabilizado por isso.

«Quero aqui dizer o seguinte: Há vários momentos em que há reforços daquilo que foi acordado entre o Presidente da Câmara Municipal de Peniche e o Ministro da Saúde, no dia 22 de janeiro de 2008, que foi o documento que foi acordado entre ambos e que a sua expressão principal, eu diria determinante para aquilo que nós estamos neste momento aqui a falar, foi a publicação, em Diário da República, 2ª série, n.º 42, de 28 de fevereiro de 2008, do despacho n.º 5414/2008, que cria o Serviço de Urgência Básico de Peniche, do nosso hospital, porque não existia, e que o integra na rede, com o segundo ponto, em que diz: “Os serviços de urgência agora definidos, que ainda não cumprem os requisitos fixados no despacho que o enquadra, de 15 de janeiro de 2007, são alvo de requalificação.” Portanto, o documento mais vinculativo, relativamente a esta relação, é este documento, que todos terão, e isto é, eu diria, aquilo que nós mais nos vinculamos.

«Quero aqui dizer também o seguinte: Como é óbvio, não subscrevemos qualquer tipo de responsabilização nisto. Há aí os responsáveis, como é evidente, e há aqui uma questão, que é relativamente à atuação que nós poderemos ter, eu diria a atuação que nós tivemos.

«Quereria dar uma nota do seguinte, e isso está no comunicado em defesa do

nosso hospital, de 15 de fevereiro, que foi aprovado na sequência da reunião que tivemos, em que participaram todas as forças políticas, e que, tendo sido aprovado pelos membros da Câmara Municipal, foi também suscitado pelos membros da Câmara Municipal junto dos seus colegas de força partidária, que este documento, de acordo com aquilo que a Câmara Municipal, ontem, e auscultados por cada uma das forças política da Câmara, irá fazer sair. Ontem, foi essa a orientação que foi definida, de fazer sair um comunicado, esta informação que detalha aquilo que foram a sequência das relações e daquilo que foram aqui também os compromissos assumidos na última reunião em que esteve o senhor Presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo. Esses compromissos têm a ver com o facto de, e utilizando a expressão que foi utilizada pelo Presidente da ARS, que reconheceu aquilo que era a especificidade do caso de Peniche e que, por isso, era uma situação que iria ser ponderada, relativamente à elaboração da proposta de reestruturação.

«Dizer que o senhor Presidente da ARS, embora estando a circular um documento, esse documento não nos foi apresentado e obtivemo-lo por outras vias e que, de alguma maneira, nós consideramo-lo como um não-documento, no quadro da relação com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, porque o senhor Presidente da ARS disse que daqui por sete/dez dias iríamos então ter aquela reunião, onde, fruto destes contactos que foram tidos, que iria ser elaborado.

«Por isso, tendo em conta a questão que o Henrique Bertino aqui colocou, a orientação que ontem foi tomada e que foi feita a consulta por cada uma das forças políticas, sobre a oportunidade da saída deste documento, este documento irá sair na segunda-feira para ser distribuído.

«O que é que, neste momento, está mais em cima da mesa? Quando, há quatro meses, foi solicitada uma audiência ao senhor Ministro da Saúde não houve qualquer resposta. Quando, há algum tempo, surgiram as notícias, os presidentes de câmara, nomeadamente o Presidente da Câmara de Alcobaça, não tinham conhecimento de qualquer intenção, a não ser também pelos jornais. Em resultado dessa indignação, a Comunidade Intermunicipal do Oeste aprovou uma proposta no sentido de ser solicitado, de novo, essa reunião ao senhor Ministro. Recebemos, ontem ou anteontem, uma comunicação de que o assunto tinha transitado para o senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde. Portanto, vamos aguardar também pela sua concretização.

«Eu estou bastante animado e confiante naquilo que é, e que tem sido, pelo qual, politicamente, todos nos temos pautado, relativamente àquilo que é o documento que traduz a concordância de todas as forças políticas: “Iremos continuar a manter a população informada sobre este assunto, de tão grande relevância para a nossa comunidade, reafirmando o nosso total empenhamento na preservação do nosso hospital. Estamos conscientes das dificuldades que iremos enfrentar neste processo. Mas, tal como a quando a intenção de encerramento em 2007/2008, a razão que nos assiste leva-nos a acreditar que a decisão nos será favorável. Por isso, e mais do que nunca, a unidade de todos é determinante.” Este é o documento, que é o documento de referência. Eu creio que a par deste documento, que hoje a Assembleia Municipal está a apreciar e tomará também a sua decisão, constituirão dois documentos fortíssimos de coesão em torno deste tema. Pela nossa parte, tudo faremos, neste caso pela minha

parte, tudo faremos para que o espírito necessário de coesão subsista, não alimentando e resistindo alguns aspetos que, eventualmente, possam enfraquecer aqui a nossa tomada de posição.»

**José Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Só queria esclarecer aqui duas coisas, em relação à minha intervenção. Em primeiro lugar, foi referido que eu disse, e evidente que disse, que era irreversível este processo. Isso é uma opinião meramente pessoal, não vincula ninguém e é suportada numa análise pessoal. Portanto, não tem nenhum outro tipo de informação. Infelizmente tenho-a, e tenho-a bem consolidada, de que é irreversível, mas é pessoal, estritamente pessoal.

«Dizer também ao senhor Presidente da Assembleia que quando eu fiz aquela afirmação de que só não via quem não queria ver, naturalmente que era no sentido figurado. Porque, desde que se assinou o tal protocolo, ou que seja o que foi, já foi dito aqui e concordo, teve só como objetivo minimizar danos em todo este processo e adormecer alguma coisa que era preciso adormecer, se calhar não só em Peniche, mas noutros pontos do país, inclusivamente, foi-se assistindo, ao longo de todo o tempo até chegarmos agora, ao desmantelamento de serviços, à transferência de pessoal, à redução de pessoal, ao desmontar de equipamentos. Um processo que foi evoluindo e que tudo indicava não era no sentido de reforçar o apoio à saúde em Peniche, era no sentido de o desarticular e chegarmos onde chegámos hoje. Portanto, quando eu disse era nesse sentido e não num outro sentido qualquer.

«Já agora, só para aproveitar o facto de me ter dado a palavra, foi já referido aqui, por diversas vezes, a importância, que está fora de causa, da urgência 24 horas em Peniche. Julgo que era só o que faltava, até isso perdemos! Agora, eu acho que não devemos ser tão redutores. Ou seja, para mim, pessoalmente, a questão não deveria ser só reduzida à questão das urgências e à questão do cumprimento do protocolo que foi assinado com o Ministro Correia de Campos, e sei lá se foi assinado ou não, também já não é isso que me interessa muito.

«Eu acho que esse protocolo teve um objetivo, foi estancar, foi segurar, foi minimizar prejuízo. Eu acho que Peniche não é isso que precisa, eu acho que Peniche não é isso que merece. Peniche precisa e merece muito mais, na área da saúde, do que a implementação daquele protocolo. No fundo, aquele protocolo surge para compensação de alguma coisa que nos iam tirar.

«Portanto, eu acho que, na luta que se for encetar, deveremos ser mais ambiciosos. Ser ambiciosos é fazer, demonstrar a alguém que esta questão da saúde não é uma questão de números, não é de facto uma questão de vinte milhões ou não sei quantos milhões que foram aqui ditos. É uma questão das pessoas, é uma questão de garantir e satisfazer uma das necessidades básicas das pessoas, que é o acesso e direito à saúde. Portanto, para mim, o que está em causa não é só a urgência ou o cumprimento do próprio protocolo.»

**Tiago Gonçalves (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu acho que partilhamos todos que este é um momento crítico para o concelho de Peniche em que esta decisão, ainda não concretizada, não nos deixa, de todo o modo, descansados. Temos, como já foi dito, uma importância primordial no quadro da pesca e das atividades náuticas. Temos uma vocação turística, o que, nesta matéria, não é de menor importância a existência de cuidados e serviços de saúde. Temos, também, um conjunto de atividades económicas associadas à agricultura e à pesca que importam riscos. Todos estes motivos já foram mais do que explicitados.

«A união em torno do Hospital de Peniche, em primeiro plano, e da existência de um serviço de urgência básica 24 horas por dia, da parte do grupo do Partido Socialista, não está em causa. Contudo, temos que ser claros e importa saber aqui se há ou não um protocolo assinado entre a Câmara e o Ministério da Saúde. É que essa é a nossa maior arma, na minha opinião, e eu já defendi isso na comissão de acompanhamento, essa é a nossa maior arma nesta luta. Pois é muito diferente ter um protocolo assinado entre duas partes, que constitui obrigações claras e exigíveis. Outra coisa completamente diferente é um comunicado ou um acordo apalavrado ou um despacho. Porque, neste último caso, um despacho pode ser perfeitamente alterado e, a qualquer momento, revogado por apenas uma das partes. Portanto, o senhor Presidente da Câmara não pode querer que sejamos todos ingénuos ao ponto de pensarmos que o despacho é uma arma tão forte quando comparada com um protocolo.

«Nesse contexto, é indispensável conhecer todos os dados e, como eu disse de início, a nossa união não está em causa, mas não suspende também o nosso direito a querer saber as armas que temos e as responsabilidades que estão inerentes a esse processo. No entanto, pelos vistos, e isso não nos surpreende, o senhor Presidente da Câmara nunca nos iria dizer que assumia qualquer responsabilidade e, por isso, até é melhor ficarmos por aqui nessa matéria e nesse debate, porque não vamos chegar a lado nenhum. Porque, senhor Presidente, não sejamos novamente ingénuos, se fosse uma câmara do PS ou do PSD que não tivesse assinado qualquer protocolo, se calhar, a bancada da CDU já não estava aqui há mais de meia hora.

«Portanto, se já percebemos que não há protocolo assinado, então passemos à frente, vamos ao que vamos fazer já de seguida e, como disse, o que nos importa agora é que sejam solicitadas audiências, aos grupos parlamentares da Assembleia da República em especial, uma grande pressão para que a maioria parlamentar que suporta o Governo nos receba, a fim de tentar sensibilizar esses grupos parlamentares para os argumentos que defendem a população do nosso concelho. Queremos que o acompanhamento dessas movimentações que há que realizar seja feito também pelo senhor Presidente da Câmara, como é óbvio, e toda a restante comissão de acompanhamento. Queremos que seja dada uma resposta clara sobre esse momento de ação neste processo.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente aos grupos parlamentares, ontem, em reunião de Câmara, e interpretando aquilo que tinha sido também o contributo do Tiago, na reunião de quarta-feira, as forças políticas têm conhecimento disso, foi deliberado solicitar audiência aos grupos parlamentares. Portanto, e é isso que será feito, na próxima

segunda-feira. Neste caso, também reforçado, se for assim o entendimento, por esta posição da Assembleia Municipal, se for essa a posição.»

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«A questão foi colocada pelo senhor Tiago Gonçalves é se havia ou não havia um protocolo assinado.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«O que há é o seguinte: Há um acordo celebrado e tem a publicação em Diário da República, que não foi, em circunstância alguma, denunciado. O despacho não foi revogado. Se tivesse sido revogado, mas não foi revogado e tem toda essa valia. Não foi revogado em circunstância alguma. Agora é assim, não passem para uma intenção de revogação. Mais, como todos sabem, existe um conjunto de compromissos escritos pelo Centro Hospitalar Oeste-Norte. Eu não queria estar a entrar por aí, mas os compromissos do Centro Hospitalar Oeste-Norte estão aqui expressos, naquilo que foram as posições que foram trabalhadas, foram mais dias do que um dia, deu muito trabalho obter, de forma escrita, as respostas por parte da Administração do Centro Hospitalar, que não foi nomeada pela Câmara Municipal de Peniche, como todos sabem, e que são os compromissos que ali estão.

«Mais, houve candidaturas e projetos que foram apresentados de reorganização física do hospital, que foram levados a reunião de Câmara, com qual é que era a estrutura, há projetos prontos, há candidaturas aprovadas por via do QREN, quer naquilo que tem a ver com a reorganização dos serviços de urgência, que foram anunciadas, que foram apresentadas e que foram, por isso mesmo, partilhadas. Há também uma declaração do ponto de vista político, que foi no dia 10 de junho de 2010, quando há uma inversão relativamente ao hospital Oeste-Norte, como todos sabem, e que é garantido que o serviço de urgência básico manter-se-ia definitivamente, tendo em conta que a construção do novo hospital tinha sido colocada em causa e que se iria fazer as obras no atual hospital, nas Caldas da Rainha. Há compromissos! Agora, mais do que isso? Não vou utilizar uma expressão...»

**João Gomes (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Até agora, se calhar, eu é que andei aqui enganado, porque sempre estive convencido que havia um protocolo e que havia um acordo. Pelo que eu depreendi agora, das suas palavras, não há nenhum protocolo assinado.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«Não, há um acordo e há consequências desse acordo. Há um acordo que foi celebrado entre o Presidente de Câmara e o Ministro, que foi divulgado pelo próprio ministério. Não há protocolo no sentido de ter havido... mas o que há é o acordo e o que há é o Diário da República, que consagra a criação do serviço de urgência básico,

integrado na rede, para além de qualquer protocolo, porque podia ser estabelecido o protocolo, não ter sido considerado e sem Diário da República. Esta é uma atitude que é o cumprimento, a sequência natural, daquilo que foi o acordo celebrado. A menos que ponham em causa o acordo também.»

**João Gomes (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Bem, é que eu sempre ouvi dizer protocolo/acordo, protocolo/acordo, eu pensei que havia um documento assinado entre o Ministério da Saúde e a Câmara de Peniche, que afinal não existe. Pelos vistos andei enganado.»

**Paulo Balau (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu só quero dizer o seguinte, para que de uma vez por todas, isto é uma questão que é transversal a todos os grupos, todos nós estamos aqui para batalhar pelo mesmo, já toda a gente percebeu, não podia ser de outra maneira. E, para acabarmos com estas guerras, o melhor é dizer a verdade toda de uma vez. A gente saber com que armas é que se gere, é que se pode defender e, mais que isso, é percebermos que não é a reagir às coisas que resolvemos os problemas do hospital. Temos que ser pró-ativos e isso é o que não está a acontecer. Temos que ser pró-ativos e não reativos. Temos que exigir aquilo que merecemos, ou mais do que aquilo que merecemos, para ver se conseguimos ter alguma coisa, porque já vimos que em outubro, nas eleições de 2009, quando foi dito que em Diário da República foi extinto o Hospital de Peniche desmentiu-se, é mentira, é mentira e andámos aqui. Afinal, vamos dizer todos como o senhor Presidente, somos todos *naïfs*, vamos ser todos *naïfs*. Quer dizer, afinal somos *naïfs* e vamos continuar a ser, se não formos pró-ativos em vez de reativos, que é o problema que tem acontecido aqui.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Estão a desvalorizar um despacho do Governo do Partido Socialista, se calhar queriam um protocolo assinado pelo Primeiro-Ministro Sócrates e, se calhar, para alguns até não tinha muita validade.

«Está aqui a fazer-se uma afirmação de que, em 2009, saiu um despacho a dizer que o hospital ia ser extinto... que apareça esse despacho! Que apareça esse despacho! O documento existe, eu vou procurar nos meus papéis e tenho lá o comunicado do PSD. Só a forma como o assunto é tratado em campanha eleitoral demonstra a grande preocupação que há em relação ao hospital. Por acaso, eu e outras pessoas, da CDU pelo menos, tivemos a esperança que a preocupação que alguns elementos do PSD tinham em relação ao hospital e no fundo escreveram no dito comunicado, eu tive a esperança que isso seria ultrapassado, a partir do momento em que o PSD fosse Governo. Pensava! Não, é que vocês colocam as coisas de uma forma que parece que a única entidade que tem força jurídica e política para manter o hospital é a Câmara. Isto é que é ridículo.»

**Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):**

Interrompendo alguns membros da Assembleia que começaram a falar simultaneamente, fez a seguinte intervenção:

«Peço imensa desculpa, são onze e vinte, agora respeitem-me um bocadinho, está bem que eu sou *naïf*, como diz ali o senhor Carlos Santana, sou muito ingénuo. Já recebi hoje aqui lições de luta e democracia e, aliás, fico à espera que o senhor Carlos Santana me dê essas lições, de facto, de luta e democracia, que eu estou sempre pronto a aprender. Já me chamaram aqui, inclusivamente, mal-intencionado, porque eu também fui daqueles que acreditei e, portanto, provavelmente, tenho alguma intenção, mas não vamos prolongar mais isto.

«Há aqui um facto que é concreto, que me parece que toda a gente está sintonizada no mesmo caminho, que é a defesa do Hospital de Peniche. Grande parte do que se disse aqui é discurso político, não interessa coisa nenhuma a ninguém. Desculpem lá que vos diga, a todos. E nós temos de saber que à demagogia responde-se com demagogia, que é o que está a acontecer aqui. Eu acho que o fundamental, e parece-me que nesse aspecto nós estamos unidos, é de facto aquilo que interessa à população e aos munícipes, desse ponto de vista é a defesa do Hospital de Peniche. Eu concordo, em absoluto, com aquilo que foi dito pelo José Leitão, que não é só a questão do serviço de urgência básico, é mais do que isso. É um atendimento hospitalar como deve de ser, é um quadro de cuidados primários com qualidade, que também não temos, mas então sejamos unidos nessa questão. Porque estamos todos a tirar dividendos do quê? Daquilo que não se fez?

«Eu julgo que o nosso compromisso é com a população. Eu subscrevo aquilo que disse o Henrique Bertino, este é um momento muito grave, muito grave, para a população de Peniche e, neste momento, não me interessa saber se é o PSD que está no Governo, se esteve lá o PS ou se vai para lá a CDU ou o Bloco de Esquerda. O que interessa é defender os legítimos interesses da nossa população. É para isso que nós somos eleitos e, desse ponto de vista, temos que tomar uma posição.

«Há uma moção que foi apresentada. Esta moção defende uma posição muito clara. Defende, obviamente, o serviço de urgência básica, mas vai mais longe. As melhorias do atendimento ao nível dos cuidados primários de saúde, também são aqui defendidas, porque me parece que temos também de trabalhar a montante daquilo que são os cuidados hospitalares. Portanto, aquilo que temos de fazer a partir de agora é retomarmos uma coesão que tivemos na altura em que foi preciso tomar uma posição pública e, sobretudo, estarmos mobilizados para aquilo que é preciso fazer. Eu vou pôr à votação esta moção, uma vez que é ela que está em causa.»

Submetida a moção *Pela nossa saúde* a votação nominal (de braço no ar) a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-la e dar dela conhecimento aos órgãos de soberania e à população.

**Presidente da Junta de Freguesia de Atougua da Baleia, António Salvador (PSD):**

Apresentou, verbalmente, um voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Luís Jesus Ferreira, do lugar de Coimbrã, que foi autarca na Freguesia de Atougua da Baleia



e dirigente em agremiações do concelho.

A Assembleia Municipal associou-se ao voto de pesar apresentado.

**Licínio Pereira (CDU):**

Apresentou as seguintes declarações:

«DECLARAÇÃO

*Passaram ontem 25 anos que José Afonso nos deixou fisicamente, foi só isso fisicamente, porque o seu Génio e a sua Grandeza Humana fez com que este Homem se tenha libertado da morte, José Afonso é Imortal.*

*Cantou a Revolução, a Liberdade, a Solidariedade, o Amor, cantou contra as Ditaduras e os Ditadores, mas acima de tudo cantou toda a Esperança e Dignidade de um Povo.*

*Cantor, compositor, humanista e poeta, uma voz sem igual um Homem simples, humilde e tímido que no entanto, emanava uma Força que lhe adivinha do seu profundo enraizamento com a cultura Popular, sem tiques de “divo” ou “prima-dona”, levou a sua voz onde era solicitado sem cachês e sem camarim, como uma Dignidade que só está ao alcance dos Génios.*

*Deixou um Espólio Intelectual e Artístico, que não é propriedade de ninguém, José Afonso é um Cidadão do Mundo, as suas Cantigas, os seus Poemas e o seu Génio dão-lhe esse direito.*

*Hoje, mais que nunca muitas das suas canções são de uma atualidade assustadora, recordo só “Os Eunucos”, “Os Vampiros” e “Gastão era perfeito”.*

*Até Sempre Zeca Afonso, meu camarada, meu amigo meu irmão!!!» [sic]*

«RECONHECIMENTO PÚBLICO

*Falar de Rendas de Bilros é um tema enganadoramente fácil, muito se tem escrito e falado sobre este Produto artesanal com muita tradição em Peniche e enraizado na nossa cultura há várias Gerações.*

*Sem exagero, poderemos dizer que as Rendas de Bilros fazem parte da espuma das nossas memórias, poeira dourada das recordações do nosso Povo.*

*É por isso, de toda a justiça realçar o trabalho desenvolvido pelo Pelouro da Educação da CMP, um trabalho sem pretensiosíssimos, sério procurando reunir vontades e fazer simbioses a vários níveis com iniciativas que promovam as Rendas de Bilros a sua qualidade e sustentabilidade.*

*A provar isso, temos a Mostra Internacional e Renda de Bilros que este ano vai decorrer de 26 a 29 Julho este formato foi um êxito o ano passado com a presença de várias delegações de toda a EUROPA, os desfiles Rendas na Moda com trabalhos concebidos pelos formandos da MODATEX onde as Rendas de Bilros são aplicadas em vestuário e acessórios de moda demonstrado toda a versatilidade, atualidade e qualidade das nossas rendas que são intemporais.*

*A par desta realização, temos o XX Concurso de Rendas de Bilros de Peniche, concurso destinado a naturais e residentes no Concelho que pratiquem esta arte, procurando desta forma estimular, renovar e promover este artesanato, no entanto este Ano vai ser introduzido o Prémio Inovação visa estimular a criatividade bem como o aparecimento de novos conceitos de aplicação das Rendas de Bilros sem subverter a tradição e a qualidade inerente.*

*Para que esta tradição se possa manter, é da nossa responsabilidade envolver as novas*

gerações nesta expressão artística, quero por isso sublinhar a Iniciativa As Rendas vão à Escola o alvo desta iniciativa são as Escolas do 1.º Ciclo do nosso Concelho, realiza-se pela 3.ª vez consecutiva com grande sucesso prova disso a afluência das crianças Escola Municipal de Rendas de Bilros onde aprendem todas as técnicas inerentes à Arte.

Ainda dentro destas iniciativas, no próximo dia 8 Março realiza-se na Vila das Aves o encerramento do Ciclo Workshops em Renda de Bilros em mais uma ação de Formação do Modatex no centro da indústria têxtil, este ciclo foi feito no âmbito do protocolo estabelecido entre a CMP e este Centro de formação com o objetivos definido de criar junto dos Formados as competências essenciais para aplicar nas suas criações rendas de bilros de Peniche a apresentar nos desfiles de Rendas da Moda na nossa Cidade.

Está também em aberto, a aplicação de Rendas de bilros de Peniche em Joalheria seria de facto ouro sobre azul, e uma nova projeção das nossas Rendas a CMP está a estudar seriamente esta proposta.

Iremos ter também, uma exposição itinerante visitará Lisboa, Porto, Nazaré, Portalegre, Lagoa, Avis entre outras, queremos através de um trabalho honesto, continuado e pragmático dar a conhecer esta nossa realidade artística.

O próximo dia 1 de Março vai ser um dia marcante para a dignificação das Rendas de Bilros e de todos os que acarinhos esta Arte, vão ser abertas finalmente as propostas que irão permitir a recuperação de um imóvel na zona nobre da cidade para que seja criado o Museu das Rendas de Bilros de Peniche.

Assim trabalhando desta forma, creio que podemos estar descansados acerca da continuidade deste legado Histórico e da sua vitalidade.» [sic]

**Cristina Leitão (PSD):**

Apresentou, verbalmente, um voto de pesar pelo falecimento de Bernardo Miguel Ribeiro dos Anjos Costa, que foi membro da Assembleia Municipal de Peniche, no mandato de 2002/2005, fundador do *Jornal de Peniche*, um dos primeiros meios de comunicação *on-line* do concelho, e docente na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar.

O senhor **Sérgio Leandro (CDU)** referiu o papel ativo que o senhor Bernardo Anjos Costa teve na instalação da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar.

A Assembleia Municipal associou-se ao voto de pesar apresentado.

**João Gomes (PS):**

Apresentou a seguinte moção:

«MOÇÃO

Assunto: Reorganização das Entidades Regionais de Turismo

Subscritores: Deputados Tiago Gonçalves (PS), Anabela Dias (PS), João Gomes (PS), Natália Rocha (PS), Silvino João (PS) e Vítor Mamede (PS)

É intenção do Governo promover uma reorganização das Entidades Regionais de Turismo, apontando o caminho para a existência de cinco regiões, com os limites das regiões plano (NUT II).

Neste contexto, a região Oeste, onde o concelho de Peniche se inclui, seria afeta à região

de Lisboa.

*Esse cenário terá como consequência uma clara desvalorização do produto e da marca do Oeste e seus territórios, subalternizando-os face aos produtos e marcas de Lisboa.*

*Considerando o exposto, importa defender aqueles que são os interesses do concelho de Peniche e da região, ainda para mais quando o turismo é uma atividade primordial para o desenvolvimento económico do concelho.*

*A extinção da Entidade Turismo do Oeste e a afetação da região Oeste a uma Entidade Regional de Lisboa e Vale do Tejo não correspondem aos interesses do Concelho de Peniche, pois entendemos ser fundamental a criação de uma região juridicamente autónoma da Área Metropolitana de Lisboa, que seja coincidente com o território do Oeste e Vale do Tejo.*

*Acresce que consideramos essencial que essa nova região deverá manter a natureza jurídica de direito público, autonomia administrativa e património próprio, bem como o órgão executivo eleito por lista nominal, através do tradição colégio regional.*

*Entendemos também que a efetiva participação dos interesses privados se faça na base de construção de parcerias financeiras para promoção conjunta de produtos e territórios turísticos e que para as marcas existentes em cada entidade seja definida uma matriz produto e mercado emissor.*

*Assim, os deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Peniche propõem que a Assembleia Municipal de Peniche, em reunião realizada a 24 de Fevereiro de 2012, delibere:*

*a) Manifestar a sua total oposição à reestruturação das Entidades Regionais de Turismo como é proposto pelo Governo e a defesa da existência de uma região autónoma da Área Metropolitana de Lisboa, cujo território englobaria o Oeste e Vale do Tejo, nas condições acima descritas;*

*b) Que desta posição se dê conhecimento ao Sr. Presidente da Entidade Turismo do Oeste, ao Sr. Presidente do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Oeste, ao Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal do Oeste, à Sra. Secretária de Estado do Turismo, ao Sr. Ministro da Economia e Emprego, ao Sr. Primeiro-Ministro, a Sra. Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.*

*Paços do Município de Peniche, 24 de Fevereiro de 2012.*

*OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DO PS» [sic]*

Submetida a moção a discussão, ninguém usou da palavra.

Submetida a moção *Reorganização das Entidades Regionais de Turismo* a votação, de braço no ar, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-la, com duas abstenções, dos senhores Ademar Marques (PSD) e Cristina Leitão (PSD), e vinte e quatro votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal.

**Anabela Dias (PS):**

Apresentou a seguinte moção:

«MOÇÃO

*Assunto: Reorganização da Estrutura Judiciária e impacto desta no Concelho de Peniche*

*Subscritores: Deputados Tiago Gonçalves (PS), Anabela Dias (PS), João Gomes (PS), Natália Rocha (PS), Silvino João (PS) e Vítor Mamede (PS)*

*Foi recentemente tornado público o Ensaio da Reorganização da Estrutura Judiciária proposta pelo Governo.*

*Entendemos ser importante que os órgãos autárquicos e neste caso concreto, a Assembleia Municipal de Peniche, se pronunciem sobre esta matéria e o impacto da mesma no concelho de Peniche.*

*O Tribunal Judicial da Comarca de Peniche é atualmente composto por dois juízos, tendo dois magistrados judiciais e outros dois do Ministério Público, apoiados por 14 oficiais de justiça, pese embora, o quadro legal indique para o caso a necessidade de 16 oficiais de justiça.*

*A Comarca de Peniche abrange uma competência Cível, Penal, Família, Menores e Comércio, tendo entre 2008 e 2010 um movimento processual de 825 processos, assim distribuídos:*

*Família e Menores - 164*

*Execuções - 326*

*Comércio - 8*

*Instrução Criminal - 8*

*Grande Instância Cível- 42*

*Média Instância Cível - 84*

*Pequena Instância Cível - 60*

*Grande Instância Criminal - 5*

*Média Instância Criminal- 85*

*Pequena Instância Cível- 43*

*O ensaio que o Governo apresenta conduzirá o Tribunal de Peniche a uma secção de competência genérica, que terá como efeito imediato a perda de um juízo e conseqüentemente de um magistrado judicial e a redução de 14 para 6 oficiais de justiça, secundarizando o Tribunal de Peniche e abrindo portas ao seu progressivo desmantelamento.*

*Assim, os deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Peniche propõem que a Assembleia Municipal de Peniche, em reunião realizada a 24 de Fevereiro de 2012, delibere:*

*a) Manifestar a sua total oposição ao Ensaio de Reorganização da Estrutura Judiciária proposta pelo Governo;*

*b) Que desta posição se dê conhecimento à Sra. Ministra da Justiça, ao Sr. Primeiro-Ministro, à Sra. Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.*

*Paços do Município de Peniche, 24 de Fevereiro de 2012.*

*OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DO PS» [sic]*

*Submetida a moção a discussão, usaram da palavra os seguintes senhores:*

**Tiago Gonçalves (PS):**

*Fez a seguinte intervenção:*

*«Dado todo o processo relativamente ao Hospital de Peniche, convém que não tenhamos um segundo hospital mas no caso do Tribunal de Peniche, daí que toda a atenção que devemos colocar neste assunto deve ser a máxima e muito urgente.»*

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«Só para dar uma informação que é o seguinte: No quadro da Comunidade Intermunicipal do Oeste, propus que este assunto fosse analisado, tendo em conta que havia mais situações, como o encerramento dos tribunais do Bombarral e do Cadaval, e a Comunidade Intermunicipal aprovou um pedido de audiência à senhora Ministra da Justiça, para se analisar, no seu conjunto, as questões associadas à justiça.

«Na semana passada, só para dar um complemento de informação, tivemos uma audiência, a Comunidade Intermunicipal do Oeste com o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, que é quem acompanha o processo do Plano da Ação do Oeste, no sentido da retoma do Plano de Ação do Oeste. Estes dois temas foram considerados prioritários, saúde e justiça, e que não deveriam esperar pelo desenvolvimento normal da comissão de acompanhamento do Plano de Ação, mas que deveriam ter prioridade nessa apreciação, portanto, também aplicado à questão da saúde, como há pouco foi falado»

**João Gomes (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Só uma pequena informação, já que estamos a debater a questão do tribunal, há pouco o deputado José Amador disse que começámos pelo hospital, agora vamos no tribunal e qualquer dia fechava também as finanças e a alfândega. Antes que chegue esse ponto, eu queria aqui dar alguma indicação e deixar descansados os colegas. De facto, houve uma fusão entre as alfândegas e as finanças, em dezembro, foi criada a Autoridade Tributária e Aduaneira. Durante o ano passado, chegou a falar-se na hipótese de, eventualmente, da alfândega fechar, mas, para já, essa situação não vai ocorrer. Foi aprovada a lei, a Alfândega de Peniche continua a existir autónoma, com a jurisdição correspondente aos distritos de Leiria e Santarém, e autónoma em relação à Direção de Finanças de Leiria.

«Relativamente ao Serviço de Finanças, há uma listagem de alguns serviços de finanças que irão fechar, mas, nessa listagem, que não se sabe se será oficial ou não, de qualquer forma o Serviço de Finanças de Peniche não consta nessa listagem. Portanto, penso que poderemos estar descansados relativamente a essas duas entidades.»

**José Amador (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Sobre esta moção, que é apresentada pela doutora, queria aqui um esclarecimento, se pudesse. Fala-me em catorze funcionários para dois juízos, a informação que eu tinha, por acaso, era dezasseis, e que passa a funcionar com seis funcionários e um juiz. E eu pergunto o seguinte: O Tribunal de Peniche, ao abrigo da lei, pode funcionar com um juiz e seis funcionários?»

**Anabela Dias (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Os seis funcionários serão distribuídos pelas duas magistraturas, pelo juízo, que terá um juiz, e pelo ministério público, que terá dois magistrados.»

**Ademar Marques (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«A lei de organização judicial é que determina quantos juizes e quantos funcionários é que serão atribuídos a cada tribunal. Portanto, é legal, na medida em que a lei será alterada nesse sentido, será sempre assim.»

Submetida a moção *Reorganização da Estrutura Judiciária e impacto desta no Concelho de Peniche* a votação nominal (de braço no ar), a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-la, com cinco abstenções, dos senhores Ademar Marques (PSD), Cristina Leitão (PSD), Anna Rodrigues (PSD), Vítor Marques (PSD) e António Salvador (PSD), um voto contra, do senhor José Leitão (PSD), e vinte votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal.

**Natália Rocha (PS)**

Apresentou a seguinte recomendação:

«RECOMENDAÇÃO

*Assunto: Introdução de conteúdo sobre informação turística em espanhol, francês e alemão no site do Município de Peniche*

*Subscritores: Deputados Tiago Gonçalves (PS), Anabela Dias (PS), João Gomes (PS), Natália Rocha (PS), Silvino João (PS) e Vítor Mamede (PS)*

*Constatamos que os sites dos Municípios da Nazaré e de Óbidos disponibilizam aos seus visitantes um conjunto de conteúdos sobre informação turística em outras línguas que não apenas o inglês.*

*Uma vez que o Concelho de Peniche tem uma vocação turística de há muito consagrada e encontra nela uma das suas principais atividades económicas, enquanto motor de criação de emprego e de riqueza, parece ser fundamental a disponibilização desse tipo de informações noutros idiomas a fim de facilitar e cativar a vinda de mais pessoas ao concelho.*

*Parece de realçar até que o mercado espanhol tem um peso importante no turismo local, daí não ser descabida a aposta nesse idioma.*

*Assim os deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista propõem que a Assembleia Municipal de Peniche, reunida em 24 de Fevereiro de 2012, recomende à Câmara Municipal de Peniche:*

*a) Que introduza conteúdos sobre informação turística do concelho de Peniche no site do Município em espanhol, francês e alemão, enquanto forma de tornar mais acessível a informação e a promoção do concelho aos seus visitantes.*

*Paços do Município de Peniche, 24 de Fevereiro de 2012.*

OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DO PS» [sic]

**Sérgio Leandro (CDU):**

Apresentou, verbalmente, um voto de felicitação pela distinção atribuída ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, na vigésima nona edição do *Annual ASP World Surfing Awards*, que decorreu, esta semana, na Austrália, por todo o envolvimento que tem tido na organização e dinamização e do *Rip Curl Pro Portugal*.

**OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA:**

Passando a Assembleia à apreciação do assunto em epígrafe, usaram da palavra os senhores, adiante identificados:

**Cristina Leitão (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu quero apenas comunicar à Câmara o que é que eu acho sobre a sinalética que foi posta, há pouco tempo, junto à Escola do Filtro. No fundo, somos obrigados a fazer um sentido de circulação, o que implica que, à hora de almoço e na hora que os miúdos estão a entrar e a sair da escola, torna-se muito confuso entrar ali naquela zona. Principalmente para mim, eu reconheço, como vivo ali, noto isso, é muito confuso, porque param os carros para deixar as crianças na escola e, às tantas, não temos condições de passar.

«Quando colocaram a sinalização, eu achei que não seria a melhor solução, porque aquela zona é muito estrangulada e porque conheço a situação do estacionamento ali, mas estive à espera, para ver se, efetivamente, aquilo que eu achava que iria acontecer se acontecia. A verdade é que acontece mesmo e penso que há ali uma situação de falta de segurança, estando na maneira em que está. Não me debrucei sobre qual seria a solução, mas penso que devíamos ver essa situação em concreto.»

**Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Floriano Sabino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Agora vou falar de coisas mais alegres. Eu, este ano, não fiz parte da Comissão do Carnaval de Peniche, por isso estou um bocadinho mais à vontade para falar sobre aquilo que se passou este ano no Carnaval de Peniche. Eu penso que todos nós devemos estar de parabéns por aquilo que assistimos no domingo de Carnaval, e na terça-feira, como é evidente. Viu-se, na minha perspectiva, na minha opinião pessoal, com os poucos recursos que os grupos tiveram e que a Câmara Municipal também teve, fez-se um percurso extremamente bom, na minha opinião. Uns grupos com os seus trajes habituais e que participaram em grande quantidade, mais de dezanove grupos, que parece-me que foi um recorde este ano, dezanove grupos, fora os individuais. Portanto, houve muita gente em Peniche. Felizmente houve muita gente em Peniche. Eu acho que foi um Carnaval muito participado e que estamos todos de parabéns, particularmente a Câmara Municipal, os grupos e todos aqueles que trabalharam no Carnaval.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Conceição, Raul Santos (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«A minha intervenção prende-se com uma preocupação que eu tenho, porque a Assembleia Municipal, daqui a quatro/cinco meses vai pronunciar-se sobre a aglutinação, extinção de juntas de freguesia, a proposta de lei que está na Assembleia da República. Nós discutimos aqui o Documento Verde da Reforma Administrativa, houve uma moção que venceu, só que essa moção que venceu, face à proposta de lei que está a ser analisada na Assembleia da República, nem a votação do mal menor vai salvar as freguesias do concelho de Peniche, se nós não tomarmos algumas posições e não discutirmos algumas coisas.

«É que nós somos um município de nível dois, portanto, em Peniche, na área urbana, vamos ter 50% das juntas de freguesia, e está dentro da proposta que foi aprovada, e na zona rural tem que ser 35%. Ora, a matemática não engana, é como o algodão, 35% é uma, 33 mais 33 mais 33 para dar os 100. Portanto, para termos 35% temos que extinguir duas juntas de freguesia. Esta é a leitura que eu faço e se alguém me conseguir dizer que não é assim eu agradeço. Porque, se calhar, a minha matemática pode não estar muito correcta, pode estar a falhar.

«O que quer dizer que tudo o que estivemos aqui a discutir e a darmos a mão aqui à palmatória e a dizer que: “A lei é assim, mas se nós não formos por um mal menor pode cair o Carmo e a Trindade.” Por acaso, o Carmo e a Trindade não caíram em Tomar, está lá o senhor Ministro Miguel Relvas, como Presidente da Assembleia Municipal de Tomar, e a Assembleia Municipal de Tomar não teve medo de defender os seus pontos de vista. Mas aqui foi desta forma que foi feita.

«Agora nós vamos ter uma lei em discussão, se for tal qual como ela está proposta contraria a nossa moção que foi aqui aprovada na Assembleia Municipal. O que eu gostava de saber era, se os grupos que propuseram essa moção vêm cair a sua proposta por terra, se vamos todos voltar a pensar nisso, se vamos reunir, havia um grupo de trabalho, ou se é uma fatalidade, são números e os números valem o que valem, como é uma fatalidade paciência.

«Pela minha parte, estou disposto a continuar a colaborar e tenho visto os documentos que a ANAFRE tem, que não concorda que se resuma esta reforma apenas a números. Estou disposto a colaborar para que, através desse grupo de trabalho, possamos voltar a analisar e a discutir esta reforma administrativa, que mudou. Se formos ler mudou: Onde estava escrito critérios agora está parâmetros. Portanto, já houve uma evolução em termo do português, mas de resto está na mesma. Mudaram apenas a linguagem.»

**Ademar Marques (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Ó senhor Presidente da Junta de Freguesia de Conceição, eu não fico intimidado com a referência a Tomar e à Assembleia Municipal de Tomar, até porque eu também defendi aquilo que eu acho que são os melhores interesses, conforme tive a oportunidade de dizer. Eu não defendi só aqui a teoria do mal menor, eu defendi, e não vamos novamente por aí, eu defendi que era melhor para as populações da cidade de Peniche haver só uma freguesia. Portanto, não houve aqui nenhuma traição às populações, eu acho que foi na defesa das populações.

«Tendo em conta já esta proposta, é uma proposta e tem ainda de ser aprovada na Assembleia da República. Vamos ver se a Assembleia da República a aprova naqueles termos, porque eu não sei se os próprios deputados do PSD e do CDS a vão votar. O PS, aparentemente, já disse que é contra aquela proposta. Portanto, vamos ver como é que vai sair da Assembleia da República aquela proposta de lei.

«Independentemente disso, foi o PSD que propôs, inicialmente, esse grupo de trabalho, portanto, se o senhor Presidente achar que é conveniente, entretanto, reunirmos, para analisar o que pode ser feito face à proposta de lei, que entretanto até pode ser alterada, o PSD está naturalmente disposto a participar nessas reuniões, tendo



em conta que a nossa preocupação é o defender, e isso eu já disse, as freguesias rurais. Se houver possibilidade de naquela lei, como está agora ou como estará quando sair da Assembleia, de as defender, nós estaremos lá para defendê-las.»

**Tiago Gonçalves (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Sobre esta questão que foi colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia, o deputado Raul Santos, em relação à questão da reorganização administrativa de freguesias, quando os grupos do PS e do PSD propuseram aquela moção, ou aquela proposta, para enviar ao Governo, fizeram-no na consciência de que os critérios do Documento Verde eram muito mais penalizadores para o concelho. Portanto, haveria lugar a uma outra proposta que defendesse as juntas de freguesia rurais e que fizesse o agrupamento das freguesias da cidade.

«O PSD tem vindo junto do Partido Socialista a solicitar vários encontros, para discutir a concretização desta proposta. O Partido Socialista já disse, mais do que uma vez, que não abdica da extinção de freguesias rurais e que esse acordo e essa posição pode estar ligada a todas as questões, relativamente aos outros diplomas que obrigam à maioria de dois terços do parlamento. Parece que estamos aqui num beco em que esses dois partidos vão ter que se entender. Como tal, penso que, nessa parte, o Partido Socialista mantendo essa posição, relativamente às freguesias rurais, vamos aguardar.

«Eu penso que, no concelho de Peniche, não existem condições para extinguir as freguesias rurais que temos e que isso é uma solução que não vai ao encontro daquilo que são nem os interesses das populações, nem a realidade histórica, nem a realidade social, nem a realidade geográfica das povoações. Esses argumentos estão todos naquela proposta e naquela moção. Mantemos a nossa posição relativamente a isso. Se a discussão fosse inútil e a discussão que tivemos naquela assembleia municipal, onde não pude estar presente, em que participaram nos trabalhos, se a discussão não tivesse sido útil o Governo, neste momento, não dava oportunidade para nos pronunciarmos.

«Nesse caminho, se houver então um outro consenso da parte do grupo da CDU e do PSD, na necessidade de se encontrar, de novo, uma constituição de um grupo de trabalho para apreciar esta questão, à luz desta proposta de lei, não é por causa do Partido Socialista que esse grupo será inviabilizado. Todavia, nós mantemos a nossa posição relativamente àquilo que defendemos nessa assembleia municipal, realizada há bem pouco tempo atrás.»

**Licínio Pereira (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu só queria acrescentar aqui uma coisa. Não sei se as pessoas leram o projeto de lei que está na Assembleia da República para discussão. Este projeto cria uma unidade de missão ou uma unidade técnica, que vai avaliar todas as propostas das autarquias e que é uma progressão. Ao fim e ao cabo, são eles que vão decidir o que é que vai ser feito. A democracia vai ser aqui posta em causa. Portanto, o Ministro Relvas acaba por concretizar aquilo que a Manuela Ferreira Leite queria, que é suspender a democracia. Neste caso, não por seis meses, mas talvez por uma legislatura.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, senhor João Silvino (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Só para esclarecer o senhor Raul que, quando leio o Documento Verde, não vejo lá nenhuma freguesia rural no concelho de Peniche, vejo todas APU e uma AMU. Portanto, são Áreas Predominantemente Urbanas, estão situadas é na parte rural, é assim que diz lá. No Documento Verde está lá que as freguesias do concelho de Peniche são todas APU e uma AMU. São todas APU - Áreas Predominantemente Urbanas e que a de Serra d'El-Rei que é AMU. Portanto, estão é sediadas noutros sítios que nós consideramos parte rural, ou seja, nesta altura, qualquer das freguesias, se está sediada no concelho, se está sediada na Atouguia, se está sediada em Ferrel, são APU. Se for preciso vou lá abaixo ao carro e trago.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu ia falar sobre a questão da tal comissão, mas já está esclarecido que enquanto não houver acordo há imposição. Se não houver uma proposta de acordo, com o que for enquadrado pelo Governo, há imposição. Portanto, é realçar a forma democrática como respeitam a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, já agora, os autarcas são eleitos democraticamente.

«Só queria aproveitar esta oportunidade, até porque ouvi assim de uma forma mal enquadrada a intervenção do deputado Tiago, na rádio 102, não consegui ouvir aquilo bem. Naturalmente, para além de alguns dos vários nomes que é costumes chamar ao grupo da CDU, ao PCP e à mistela toda, há uma coisa que me surpreendeu, é que a CDU tinha um problema, a manutenção das freguesias da cidade era porque tinha três presidentes que não sabia o que é que havia de fazer a eles. A mim sabe, com certeza que sabe muito bem, a mim sabe muito bem o que é que há de fazer, e eu também sei. Os meus colegas também não têm problema nenhum.

«O que me suscitou foi a dúvida de que se tivéssemos um presidente do Partido Socialista, como tínhamos no mandato passado, qual seria, era curioso, a posição do Partido Socialista, e atendendo mesmo à precisão do mandato passado. Nós discutimos, aqui na Assembleia, quando apresentámos a moção, não foi a preocupação dos presidentes de junta, do Floriano, do Raul e do Henrique, não é essa a preocupação. Essa preocupação está em mentes que, no fundo, estão habituadas a fazer outro tipo de análise. Não faço essa análise, tu é que estás a fazê-la. Mas gostava de ver esclarecida esta situação desta politiquice.»

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 7 do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

Adelino Ferreira, perguntou com que base é que a Assembleia Municipal chegou à conclusão de que podia unir as três freguesias da cidade de Peniche numa só e

manter as três freguesias que se localizam na zona rural do concelho.

Maria Júlia Abreu Rosário Dias Louro, perguntou em que situação se encontra o prédio sito na Rua Afonso de Albuquerque, n.º 45, em Peniche, mandado demolir pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, em 2009, considerado, já na altura, em avançado estado de degradação, nomeadamente se a nova ida de técnicos ao local teve ou não consequências práticas, se vai ou não ser demolido o edifício. Disse, ainda, que a sua família foi contactada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei para autorizar a extração de areia de um terreno de que são proprietários, para cedência ao Município de Peniche. Acrescentou que têm todo o gosto em colaborar com a Câmara Municipal, mas que também espera que a Câmara resolva o assunto da demolição do edifício Rua Afonso de Albuquerque.

**Tiago Gonçalves (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«Sobre a questão que nos foi novamente colocada pela senhora Maria Júlia Louro, o grupo do PS fez um pedido de informação à Câmara, não sei se o senhor Presidente está recordado, a que não obtivemos ainda qualquer tipo de resposta e estamos a aguardar, até porque penso que o prazo legal da resposta já foi ultrapassado.»

**Ademar Marques (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Em relação à questão que foi colocada sobre as freguesias, eu remetia o município para a decisão que foi aprovada, por maioria, na Assembleia Municipal, que foi amplamente discutida aqui, portanto acho que é escusado estar a dar mais esclarecimentos.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, António Vitória (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Era só dar a resposta ali à senhora, que a Junta de Freguesia, quando falou com o senhor Louro, por motivo de um terreno que ele tem com saibre, não foi dado ou pedido qualquer esclarecimento à Câmara Municipal, nem falei da Câmara Municipal, falei na Junta de Freguesia. Portanto, não há nada a ver com a Câmara Municipal, não foi dito que era para os estaleiros da Câmara Municipal, mas para o estaleiro da Junta de Freguesia.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«É assim, naturalmente que eu gostava de ouvir primeiro o senhor Presidente em relação a este assunto, mas deveras que estou preocupado. Para já incomoda-me! Incomoda-me um município vir várias vezes à Assembleia Municipal colocar estas questões. Se não há uma informação devia de haver, mesmo que não haja a solução. Se houve uma comissão técnica que foi ao local devia de haver uma abordagem às pessoas. Depois, preocupa-me outra coisa, eu não conheço, estava aqui a perguntar ao Floriano,

é uma das laterais que eu não costumo passar, mas continuo preocupado, não tanto por casos de situações da freguesia de que sou Presidente mas, particularmente, de situações em que o Floriano é Presidente, não sei se o Raul tem tantos casos, mas como é uma zona que eu quase todos os dias vou, há ali duas ou três situações, particularmente aquela que a gente bate todos os dias ali no Campo da República, que pode ser preocupante se a Câmara não intervir.

«Eu não conheço em termos jurídicos, não domino a situação, mas quando estão particularmente vidas em causa, naturalmente que nós temos que cumprir a lei, mas quando os proprietários são teimosos e não querem intervir e protelam as situações, e nós também sabemos a justiça que também temos, basta ver o caso da Casa Pia e outros, e tumba, e mais ano, e mais ano, e há sempre recursos. Mas, penso que a câmara tem que equacionar, nessas situações, que chega lá dentro da legalidade, bate aquilo abaixo e passa a fatura. Tem que chegar o momento em que nós temos que dar o exemplo, passa a fatura e acabou. Não podemos é continuar a assistir desta forma que as coisas andam devagarinho, e amanhã temos uma situação de: “Olha, morreu fulano debaixo daquele teto!” Isso é que me preocupa.»

**Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Floriano Sabino (CDU):**

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente a certas moradias, na área de Freguesia de São Pedro, e daquelas que eu tenho conhecimento, fiz um ofício à Câmara Municipal por duas casas que estão em risco de ruir e, felizmente, o processo está a correr muito bem.»

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«Queria aqui dizer o seguinte: Eu próprio, na sequência da sua vinda cá, desloquei-me ao local, para tentar perceber o que é que estava ali em causa. Fui acompanhado pelo técnico de proteção civil e chamei o processo que está a decorrer. E, por isso, quero dizer que não houve ainda resposta a si, da mesma maneira que não houve ainda resposta ao Partido Socialista. Vou aqui dar conta daquilo que, ao fim e ao cabo, foi o levantamento que fiz, relativamente a esta situação.

«Eu desloquei-me e contactei os inquilinos, que são um casal, estava lá só a senhora, vim a conhecer mais tarde o marido, que é pescador, que não conhecia, e estava por lá o senhor do tal armazenzinho, que é um pescador reformado e que o utiliza por causa da questão dos covos e dos aprestos que tem. Apercebi-me de uma situação, de facto, degradante. Mas, apercebi-me também de outra situação, que é o facto de a proprietária, a D. Emília, que faleceu e que, neste momento, há um processo de clarificação ao nível da questão das partilhas daquela situação. Inclusivamente, estabelecemos o contacto com a advogada da família, a Dr.<sup>a</sup> Sandra.

«Apercebemo-nos, também, que existe um conflito de esclarecimento que estará, e coloco no condicional, foi a informação que nos foi dada, que estará em tribunal, naquilo que tem a ver com dirimir as questões da propriedade, o limite da propriedade, da propriedade do seu logradouro. Apercebi-me do processo que estará a decorrer em tribunal, no sentido de ser dirimida a questão dos limites de propriedade. Está a decorrer o processo em tribunal para dirimir o problema da questão da

propriedade, porque a senhora pretendeu construir o próprio muro. Apercebemo-nos de que há construções ilegais da sua parte e que já foi feito um levantamento. Apercebemo-nos, também, que os inquilinos deixaram de fazer o pagamento. Estou-vos a dar conta do processo todo e tenho, neste momento, a Divisão da Ação Social, o Departamento Administrativo e Financeiro e o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística a dar uma informação, completa, sobre isso. Eu estou aqui a dar um relato, eu tive o cuidado de saber para tentar perceber qual é que é o grau de complexidade da situação.

«Portanto, eu tive em conta a questão que colocou, tenho em conta estas preocupações que o senhor presidente de junta aqui coloca, relativamente às questões da insegurança. Apercebemo-nos, também, que os senhores inquilinos foram convidados a deixar de pagar a renda. Percebem porquê? Foram suscitados, eu estou a falar para toda a gente, para deixar de pagar a renda, porque, a partir do momento em que deixam de pagar a renda ou de a depositar, existe alguns problemas associados relativamente à questão da relação do proprietário. É-nos colocada, em 2009, a necessidade de realojamento, mas é assim, se a Câmara tiver que ir fazer o realojamento de todos os prédios que eventualmente estejam numa situação de degradação e com questões de insalubridade, a Câmara não se pode substituir aos privados que durante muitos anos tiveram a receber a sua renda.

«Portanto, há aqui um problema e eu estive a reunir com os serviços para fazerem uma informação, despachei uma informação que foi prestada no sentido de notificar os atuais herdeiros da D. Emília, que entretanto faleceu, não sei quando é que faleceu, não tenho aqui presente, e estamos, presentemente, com isso. Eu fiquei incomodado com a situação que encontrei, fiquei incomodado com a situação de desresponsabilização dos proprietários relativamente à situação.

«Há aqui uma situação que é complexa e que quero salvaguardar duas coisas. Em primeiro lugar as questões das consequências para uma eventual demolição. As pessoas já foram, em determinada altura, notificadas para o fazer e vão ser identificados quais é que são os herdeiros para serem notificados, um a um, para a assunção da responsabilidade. Portanto, eu sou o primeiro a lamentar que não tenha havido uma intervenção, agora não vai competir, seguramente, à Câmara Municipal ter que realojar umas pessoas que colocaram o processo há dois anos, ou pouco mais de dois anos, em 2009. Porque, como é evidente, temos uma situação de carência fortíssima ao nível das questões habitacionais.

«Eu transmiti à Chefe da Divisão Administrativa e à nossa Jurista, para termos aqui uma informação, que está no processo da Divisão de Ação Social, e iremos dar a resposta, assumindo aqui a questão das responsabilidades, mas tendo que assumir as responsabilidades quem as tiver que assumir, e daí o estarmos em contacto, como nos foi indicado, com uma advogada da família, não sei se está constituída enquanto tal, se tem procuração ou não para resolvermos esta situação.

«Queria dizer também, e agradeço as palavras do Floriano Sabino, que tem havido uma fortíssima intervenção da nossa parte, aliás, viram quando foi o ano passado por causa da questão da discriminação positiva, relativamente às situações que existem de imóveis degradados aqui no casco histórico, e estamos com uma percentagem interessante de pessoas que cumprem.

«Os mecanismos da tomada de posse administrativa vão implicar a demolição e que a Câmara Municipal vá ter que desembolsar dinheiro para as questões dos realojamentos, quando a Câmara Municipal também não tem condições para isso. Quer dizer, estamos a entrar aqui num domínio que é muito complexo, porque a partir do momento em que essa intervenção seja feita, dessa forma em que nos substituamos a todos, vamos ter problemas de tesouraria a agravar os problemas que nós temos. Por isso eu pedi esta informação e quero que, durante a próxima semana, essa informação seja enviada para a senhora e para o Partido Socialista, tendo em conta esta questão que é complexa.

«As pessoas querem lá ficar, desde que sejam feitas algumas obras. Esse é um outro aspeto que vamos também trabalhar, nem que haja um realojamento temporário. Foi isso que as pessoas me disseram, se aquilo fosse arranjado. O que eu gostaria era chegar ali e dizer assim: Olhe, o proprietário que resolva o assunto. Não se conseguiu fazer isso e vamos fazer exercer o que nós pudermos. Inclusivamente para salvaguardar a minha responsabilidade civil, porque, ao fim e ao cabo, sou eu que tenho esse assunto para despachar.

«Peço desculpa de ainda não se ter encontrado uma solução. Se a situação fosse fácil eu já a tinha resolvido. Eu próprio já desloquei-me ao local para me aperceber da dimensão do problema.»

**Vítor Mamede (PS):**

Fez a seguinte intervenção:

«O que se verifica aqui, tendo em conta aquilo que o senhor Presidente relatou agora e o processo que foi desencadeado, após a deslocação da senhora à Assembleia Municipal, é que a Câmara, no fundo, há dois anos, emite uma ordem de demolição, há dois anos. E, das duas uma, ou não estava inteirado dos problemas que se punham ali e não devia ter emitido aquela ordem de demolição ou, então, há qualquer coisa que está errado. Porque, primeiro, para a Câmara ter emitido a ordem de demolição devia ter tido em conta todas as implicações que tinha essa ordem de demolição e, depois, quando a emitiu, ela devia ser cumprida, e já decorreram dois anos. Quanto à responsabilidade o senhor Presidente da Câmara, sabe bem que se a Câmara emitiu uma ordem de demolição, não houve demolição e está lá alguém a habitar, se acontecer algum problema, provavelmente, eu não, graças a Deus, mas alguém vai ter problemas»

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:**

Passando a assembleia à apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

**Presidente da Câmara, António José Correia:**

Fez a seguinte intervenção:

«Enviei a informação genérica, sobre aquilo que houve em termos da nossa atividade, durante este período. Quero dizer-vos que este período tem sido um período de muita... porque só agora os membros do Governo e os institutos públicos, a administração pública central, começam a ter os seus interlocutores.

«Estamos a desenvolver, para além destas questões que falámos aqui, sobre a questão da saúde, principalmente em domínios que têm a ver com as questões do reordenamento da bacia portuária, as questões do entreposto frigorífico, que nós entendemos que é um processo que está revertido a favor do Município, face a várias razões que já explicámos ao senhor Secretário de Estado do Mar.

«Temos, também, acompanhado aquilo que são as questões da atividade económica. Eu creio que há aqui dimensões que estão a envolver, de forma significativa, e que tem a ver com aquilo que decorre da Lei do Orçamento do Estado para 2012, daquilo que tem a ver com a Lei dos Compromissos, relativamente aos prazos de pagamento, à imposição da diminuição dos recursos humanos, à imposição da diminuição de chefias e, por isso, é uma dimensão do nosso trabalho que temos vindo a desenvolver, de forma significativa, e a acautelar também, relativamente aos meios financeiros, para a concretização dos projectos que nós temos em desenvolvimento, nomeadamente no QREN.

«Sobre os aspetos financeiros, passava a palavra ao Dr. Jorge Abrantes para poder fazer uma informação sobre isso.»

**Vereador Jorge Abrantes:**

Fez a seguinte intervenção:

«Dizer que a informação financeira que foi entregue, com data de 9 de fevereiro, globalmente, tem um desenho diferente, porque, com a passagem do ano, naturalmente que os encargos de médio/longo prazo foram substancialmente reduzidos, passando o serviço da dívida de 2012 para o curto prazo. Globalmente, o valor aumentou 392 mil euros. A razão fundamental deste aumento prende-se com o ritmo de trabalho e de faturação da *Etermar*, em termos da obra do fosso, que faz com que essa faturação tenha aumentado, face à situação anterior, em cerca de 350 mil euros, o que, para um período que, tradicionalmente, é um período de fraquíssimas receitas do Município, esta relativa manutenção do valor da dívida traduz os esforços que têm existido no sentido de ir ao encontro daquilo que são as grandes exigências com que os municípios, e particularmente o Município de Peniche, tem para com 2012.

«Uma coisa foi termos feito, nas Grandes Opções do Plano, referência a todo o conjunto de exigências que a Lei do Orçamento do Estado, que tinha sido aprovada em 30 de novembro, impunha aos municípios. Outra coisa é começarmos a assistir, de facto, a todo um conjunto de exigências que estão a ser colocadas que, por um lado, exigem um esforço muito concentrado e diversificado em várias matérias, para ir ao encontro dessas exigências, e, por outro, penso que já não é uma questão de política local, mas sim a manutenção da expectativa que a generalidade dos municípios tem para que as dívidas superiores a noventa dias, que se pretende que venham a ser regularizadas, que modelo é que o Governo vai apresentar, para que se possam desenvolver essas exigências aos municípios.

«Como sabem, o Governo pensou em utilizar o Fundo de Pensões da Banca, o

ano passado, para canalizar para os municípios parte substancial desse fundo, a comissão do FMI, do Banco Central e da União Europeia não autorizaram, ou a troica não autorizou, esse cenário. Estão a ser negociados, nos últimos meses, soluções para esta mesma regularização, simplesmente a generalidade dos municípios continua a aguardar, de facto, qual o modelo que vai ser desenhado para a satisfação dos compromissos acima de noventa dias, que os municípios vão ter que fazer, e qual é o modelo que o Governo vai disponibilizar para essa mesma regularização.

«Na prática, dizer que, dos 78 mil milhões que foram negociados com a troica, parece que se esqueceram da realidade do poder local e, neste momento, estão dois mil milhões aqui, sem se saber muito bem onde é que se vai conseguir ir buscar dinheiro para ir ao encontro das necessidades dos municípios nessa frente. Da nossa parte, é o que eu digo, aguardamos. Confiamos que a Associação Nacional de Municípios faça o seu trabalho, na defesa dos interesses do Município e que a solução que venha a ser desenvolvida seja a melhor para todos nós.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu queria só que me esclarecessem uma dúvida. Na situação financeira tem um calendário da faturação a pagar por fornecedor e depois aparece aqui as freguesias, e aparece a Freguesia de Atouguia da Baleia. Portanto, em 2010, aparece a zeros; em 2011, aparece tudo a zeros; e depois aparece aqui, em fevereiro de 2012, seis mil seiscentos e um euros. Eu sei que este valor é o valor do protocolo que a Câmara Municipal tem com a Junta de Freguesia, mas eu tenho alguma dúvida como é que aparece aqui, só em fevereiro de 2012, esta importância. Portanto, durante os outros meses, não aparece nada, em 2010, portanto a dívida anterior que existe com a Freguesia. Se está no plano de pagamentos com a Freguesia de Atouguia da Baleia, que a Câmara ficou de elaborar, se esse plano já está executado? Pelo menos à Junta de Freguesia ainda nunca chegou nenhum conhecimento de qualquer plano. Era só esse esclarecimento.»

**Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Josselène Nunes:**

Fez a seguinte intervenção, em resposta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia:

«Os valores pagos às freguesias, na sequência dos protocolos de delegação de competências, são faturados e pagos mensalmente. Este mês, houve a coincidência de o mapa das dívidas ser emitido entre o momento do registo do valor do protocolo, na aplicação informática, e o momento de pagamento, que ocorreu poucos dias depois, por isso aparece como dívida, no momento da emissão do mapa. Relativamente ao plano de pagamentos, penso que ainda não está elaborado.»

**Carlos Santana (PSD):**

Fez a seguinte intervenção:

«Quería fazer três perguntas. Uma era a questão do SMAS. De acordo com as folhas que são apresentadas, há uma dívida ao SMAS de um milhão e quinhentos e



cinquenta e sete mil euros, e só está lançado até outubro. Gostaria de saber o porquê de só estar lançado até outubro, uma vez que se vê outros fornecedores com lançamentos até ao final do ano. Era saber se isto, uma vez que os SMAS não faliram, porque o senhor Vereador, na última assembleia, falou que se falissem estava o assunto resolvido, não se pagava nada. Uma vez que não faliu, gostaria de saber se isto é para alargar ou para esperar a falência do SMAS.

«Por outro lado, também gostaria que explicasse, que eu não consigo entender, que é a situação dos *factoring*, dos empréstimos que foram feitos à banca, que o senhor Vereador ficou encarregue de mostrar à Assembleia quais foram os *factoring* que tinha feito, empréstimos que fez. Porque a questão que se pôs foi sempre esta, como é que se diz que se contraiu o empréstimo para pagar a fornecedores e depois vem sempre lançada a dívida a fornecedores. Se o banco pagou aos fornecedores a dívida deve estar a zero e não com os valores. Isto é da minha modéstia aritmética contabilística.

«Depois, também gostaria de saber, e pergunto ao Senhor Presidente, o que é que está a ser feito com o Regulamento da Venda Ambulante, se já encontraram algum terreno em Peniche reservado à venda ambulante, ou se ainda estão à procura desse terreno.»

**Vereador Jorge Abrantes:**

Fez a seguinte intervenção:

«Eu diria que uma mentira mil vezes repetida passa a ser verdade. Que me lembre, nunca disse que os SMAS foram à falência ou que iriam à falência, apenas referi que, num cenário desse tipo, que ele não aconteceria, porque a situação de dívida que o Município tem aos SMAS consolidar-se-ia internamente. O que me preocupa mais, e olhando para essa preocupação que pelos vistos têm, é que, relativamente à estratégia que o Governo está a ter para o setor das águas e saneamento, que fossem de facto percebidas as linhas orientadoras que, por acaso, foram anunciadas por um administrador da *Águas de Portugal*, numa reunião que se realizou, fez ontem oito dias, em Lisboa. Ficamos a saber que essa estratégia é no sentido de fundir os sistemas intermunicipais em alta e verticalizar as baixas, nesses mesmos sistemas de alta, sabendo nós que, de acordo com as orientações que a própria Ministra tem nesse sentido, o sentido é de privatizar todas essas novas empresas, que vão resultar destas fusões e desta verticalização. E isto, de facto, é que é uma situação que deveria estar a preocupar os cidadãos de Peniche, particularmente aqueles que são responsáveis pela manutenção dos serviços de água e de saneamento de qualidade, um serviço que é indispensável às populações e que, pelos exemplos que temos, basta ver que o único sistema privado em baixa do Oeste, que é a empresa *Águas de Alenquer*, é o quem tem as águas e saneamento mais caro da região.»

**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, DESTINADA A CONSTRUÇÃO, COM A ÁREA DE 553,77 M<sup>2</sup>, SITA NA AVENIDA DO MAR, EM CASAIS DO BALEAL, FREGUESIA DE FERREL:**

A Assembleia passou à apreciação do segundo ponto da ordem de trabalhos,

referente à proposta da Câmara Municipal para desafetação do domínio público e sua integração no domínio privado do Município, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, de uma parcela de terreno, destinada a construção, com a área de 553,77 m<sup>2</sup>, sita na Avenida do Mar, em Casais do Baleal, freguesia de Ferrel, e que confronta do norte com lotes 14 e 15 do loteamento n.º 7/91 e Município de Peniche, do sul com Avenida do Mar, do nascente com lotes 14, 15 e 16 do loteamento n.º 7/91 e Município de Peniche e do poente com Município de Peniche.

Submetida a proposta a discussão, usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, senhor **João Silvino (PS)**, que colocou algumas questões sobre o procedimento.

Submetida a proposta a votação nominal (de braço no ar), foi a parcela de terreno supramencionada considerada desafetada do domínio público e integrada no domínio privado do Município, por maioria, com a abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, senhor João Silvino (PS), e vinte e cinco votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal.

#### **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA:**

Passando a assembleia à apreciação do terceiro ponto da ordem de trabalhos, não se registaram quaisquer intervenções.

Submetida a proposta a votação nominal (de braço no ar), a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações ao Regulamento do Serviço de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública. (M-Doc.1)

#### **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, submetida a votação a minuta da ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

#### **ENCERRAMENTO:**

Sendo uma hora e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco de fevereiro, o senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, observando o artigo 63.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, aprovado em 25 de junho de 2010, que estipula que a ata de cada reunião ou sessão contenha as intervenções de cada membro da Assembleia Municipal, que eu, *Joselene Nunes Teodoro*, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro,

subcrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino, nos termos do número dois do artigo nonagésimo segundo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro.